Educação Museal:
conceitos, história e políticas

2 Gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus & A questão da profissionalização

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

EDUCAÇÃO MUSEAL:
conceitos, história e políticas

2 Gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus & A questão da profissionalização

Organizadores: Fernanda Castro
Ozias Soares
Andréa Costa

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2020

M986g Museu Histórico Nacional (Brasil).
Gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus & a questão da profissionalização / organizadores: Andréa Costa, Fernanda Castro, Ozias Soares. Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 2020.

80 p. : il. – (Educação museal : conceitos, história e políticas, 2).

ISBN:

1. Museus – aspectos educacionais. 2. Educação – museus. I. Costa, Andréa. II. Castro, Fernanda. III. Soares, Ozias. IV. Título.

CDD 069.15

Sumário

Educação Museal: conceitos, história e políticas
Vania Drummond Bonelli **5**

Apresentação
Fernanda Castro, Ozias de Jesus Soares, Andréa Fernandes Costa **6**

Prefácio
Aparecida Marina de Souza Rangel **10**

GESTÃO, FINANCIAMENTO E RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS **18**

Gestão da educação museal no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo
Mila Chiovatto **19**

Florescendo no deserto: Experiência Educativa no Museu Pachacamac
Denise Pozzi-Escot, Rosangela Carrión, Angélica Isa, Cynthia Patazca, Carmen Rosa Uceda **27**

Educação Museal: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus
Magaly Cabral dos Santos **43**

A QUESTÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO **57**

Educadores Museais: relações entre a formação e a profissionalização
Marielle Costa **58**

Mobilização na Pandemia de Covid-19: passos na luta pela profissionalização da Educação Museal no Brasil
Adriana Mortara de Almeida, Fernanda Castro, Fernanda Junqueira, Luciana Martins, Mona Nascimento **68**

Educação Museal: conceitos, história e políticas

O Museu Histórico Nacional tem a satisfação de apresentar a série "Educação Museal: conceitos, história e políticas", com cinco volumes que tratam de temas diversos presentes no desenvolvimento da Educação Museal no Brasil.

Desde a criação do primeiro Curso de Museus do país, em 1932, o Museu Histórico Nacional mantém seu papel inovador e, recentemente, vem contribuindo para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Museal.

A série tem como objetivo contribuir para a formação dos profissionais da Educação Museal, na difusão do conhecimento produzido e no incentivo à troca de experiências. Torna-se importante registrar, neste momento, a participação especial de jovens profissionais e especialistas, de todas as regiões do Brasil, de países da América Latina e da África.

Por meio da efetiva atuação do Núcleo de Educação, o museu vem construindo referências no campo do conhecimento e das práticas educativas. Agradecemos aos colaboradores do projeto, aos nossos apoiadores e ao Instituto Brasileiro de Museus, esperando que todos possam usufruir momentos de reflexão e consequentes ações inovadoras.

Vania Drummond Bonelli
Diretora Substituta

Apresentação

Em 2017, foi definida a Política Nacional de Educação Museal, após um processo de construção participativa que se iniciou em 2010 e que contou com a colaboração de educadores museais, agentes públicos, professores, estudantes, pesquisadores e demais profissionais de museus.

O texto final da Pnem apresenta os cinco princípios e as 19 diretrizes para Educação Museal no Brasil, sendo estas últimas divididas em três eixos: I - Gestão, II - Profissionais, pesquisa e formação e III - Museus e comunidade.

Entre as diretrizes do Eixo II estão aquelas que orientam o poder público, instituições e profissionais no sentido da promoção da formação profissional dos educadores museais.

A pesquisa, a realização de eventos e a oferta de cursos em diferentes níveis são exemplos de elementos necessários para essa promoção. Em todos esses casos o registro sobre práticas, concepções teóricas, conceitos e atuação política se fazem necessários.

A produção de conhecimento em Educação Museal se dá no Brasil há quase um século nos museus e no âmbito acadêmico há pelo menos 40 anos. Apesar disso, a forma difusa e descentralizada com que ocorre dificulta o conhecimento e a divulgação das pesquisas e reflexões produzidas sobre o tema.

No século XXI, a partir da instituição da Política Nacional de Museus, há uma tentativa de organização da área museal e de continuidade em suas políticas públicas, inclusive naquelas que envolvem a formação inicial e continuada dos profissionais de museus e que realizam processos museais em diferentes espaços.

Um fenômeno um pouco mais recente é a busca por uma **consolidação da Educação Museal como campo científico, profissional e político**. Nesse sentido vemos surgir uma série diversa de fatos que contribuem para a construção do campo da Educação Museal.

Desde o processo de construção participativa da Pnem, o Museu Histórico Nacional vem estabelecendo formas de colocá-la em prática, seja por meio de seus programas, projetos e ações, seja pela constituição de uma equipe e legado institucional.

A partir das orientações dessa política o museu estruturou seu Núcleo de Educação e elaborou, de forma participativa, o Programa Educativo e Cultural - a Política Educacional do MHN, documento que apresenta diagnósticos, estrutura organizativa, concepções e conceitos orientadores do trabalho educativo e as atribuições dos integrantes da equipe de profissionais de educação do museu.

O Núcleo de Educação é organizado, atualmente, em três programas:

(1) Programa de desenvolvimento e formação do público;
(2) Programa de pesquisa e criação em Educação Museal e
(3) Programa de desenvolvimento de parcerias.

É no contexto do Programa de pesquisa e criação em Educação Museal que foi criado o Grupo de Pesquisa "**Educação Museal: conceitos, história e políticas**" (GPEM), que é vinculado ao diretório do Instituto Brasileiro de Museus na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Criado em junho de 2018, como uma linha de pesquisa do grupo "**Escritas da história em museus**: objetos, narrativas e temporalidades", também vinculado ao diretório do Ibram no CNPq, um ano depois do início de suas atividades, o GPEM foi transformado em um grupo autônomo.

Com encontros mensais que realizam leituras e debates de textos e referências na temática da Educação Museal, o grupo reúne integrantes de diversas instituições e regiões do Brasil, promovendo também eventos, cursos, parcerias e, agora, inaugurando a realização de publicações.

Entendemos **a Educação Museal como um campo científico em construção**, que produz conhecimento específico na relação entre museus, universidades, pontos de memória, escolas e demais espaços onde ocorram processos de formação integral. Temos a Pnem como referência e a entendemos **a Educação Museal como um conceito histórico e teoricamente referenciado que está em processo de construção coletiva**.

Nosso grupo tem integrantes com diversos níveis de formação e que pertencem a diversos tipos de instituições, como museus, centros de ciência, centros culturais, escolas, universidades, empresas de turismo e consultoria em diversos assuntos. Nossas reuniões e eventos são abertos à participação.

Acreditamos que a diversidade de pessoas, crenças, epistemologias e práticas constitui a riqueza do campo da educação museal. Por isso mesmo, acreditamos na construção de uma **Educação Museal democrática, crítica, transformadora** e baseada nos contextos e circunstâncias em que nos inserimos.

Nesse sentido, defendemos a necessidade de desenvolvimento de **uma Educação Museal fundamentada em premissas decoloniais, que respeitem a história e as manifestações culturais e científicas**. Entendemos que nesse contexto há semelhanças entre o que chamamos de "**eixo sul**", incluindo entre parceiros do Brasil: México, Peru, Argentina, Chile, Equador e Colômbia, representando a América Latina e, por enquanto, Moçambique, representando uma realidade da África que utiliza a língua portuguesa.

Nessa série de livros, intitulada "Educação Museal: conceitos, história e políticas", contaremos com cinco volumes, cada um com dois temas e participação de autores representando o conhecimento já consagrado em nosso campo, as pesquisas recentes e as práticas da Educação Museal contemporânea. A partir de **múltiplos olhares e diferentes concepções de mundo e de Educação Museal**, os autores apresentaram uma rica gama de assuntos, experiências e pontos de vista, que contempla a diversidade de realidades, dos diferentes países e das regiões do Brasil participantes.

A ideia central dessa série é contribuir para a **difusão do conhecimento em Educação Museal e para a formação individual e coletiva dos profissionais e gestores da área**. Por isso apresentamos textos com perfil didático e indicações de pesquisa e continuidade de estudos, que permitam ao mesmo tempo o conhecimento de práticas estabelecidas na área e a reflexão sobre as mesmas.

O volume 1, trata da "História da Educação Museal no Brasil" e da "Prática político-pedagógica museal", contando com autores do Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul e de Maputo (Moçambique).

No volume 2 serão tratados os temas "Educação Museal: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus" e " A questão da profissionalização da educação museal".

O volume 3 trará debates em torno da "Sistematização da Educação Museal: planejamento, registro e avaliação de ações e sobre "Teoria educacional, formação, pesquisa e comunicação na Educação Museal".

No volume 4, teremos textos sobre "Museologia social, decolonialidade e Educação Museal" e "Relações entre museu e sociedade: escolas, comunidades, e a diversificação de públicos".

Fechando a série, o volume 5 apresentará debates em torno da "Educação Museal e cibercultura" e da relação "Acessibilidade em museus e educação".

Reunimos diversos autores, com diversos perfis e perspectivas teóricas e práticas, do Brasil, da América Latina e África, para nos brindar com seus múltiplos olhares e experiências. Esperamos, assim, contribuir para a **produção de conhecimento, as reflexões e para a formação em Educação Museal** e para o estreitamento dos laços entre profissionais, processos e instituições museais numa perspectiva democrática, soberana e transformadora da sociedade.

Desejamos uma boa leitura!

Fernanda Castro
Ozias de Jesus Soares
Andréa Fernandes Costa

Prefácio

Apresentar o segundo volume da série de livros online *Educação Museal: conceitos, histórias e políticas* aos profissionais que atuam nesta área e aos interessados pelos temas aqui discutidos é um grande prazer, sobretudo pela dimensão deste projeto que corrobora o espírito de luta do campo em um momento tão adverso. Este ano atípico, marcado por uma pandemia com adoção de medidas de afastamento social, fundamentais para impedir o avanço da Covid-19, impactou todos os setores da vida, alterando nossa forma de sociabilidade e comunicação. Os museus, assim como todas as instituições culturais, foram fechados, interrompendo o que sempre foi considerado mais caro aos setores educativos: a relação direta com o seu público. Contudo, em pouco tempo conseguimos nos reestruturar revelando imenso potencial criativo com o desenvolvimento de projetos utilizando linguagens que demandaram aprendizado, parcerias, disciplina, confiança e muita vontade. Tal qual uma planta sufocada por pedras que se envereda por uma pequena fresta em busca de luz, seguimos uma trilha cheia de desafios, nos familiarizando com termos até então pouco comuns para a grande maioria dos profissionais que atuam em museus: novo normal, *live*, reunião virtual, webinário, cursos EAD, além do domínio do uso de plataformas variadas para viabilizar a circulação das ideias, a busca por soluções e, em última instância o contato, ainda que em outro formato.

Essa nova dinâmica, tão rapidamente apropriada pelos educadores museais, demonstra nosso compromisso com a coisa pública e com o patrimônio tutelado pelos espaços que representamos, mas acima de tudo com os princípios e valores educativos. Compromisso esse tão bem enfatizado por Paulo Freire ao analisar o papel do profissional com a sociedade, no clássico "Educação e Mudança", título bastante apropriado à obra e ao nosso fazer. Ele ressalta que quanto mais nos capacitamos, sistematizamos nossas experiências e utilizamos o patrimônio cultural, que é um bem comum, mais aumenta nossa responsabilidade com as pessoas. (Freire, 1979). Sinaliza, ainda, que se nosso compromisso é com a libertação do ser humano, não podemos prescindir da ciência, nem da tecnologia, que nos instrumentalizarão para melhor lutar por esta causa. Acredito que tenhamos internalizado estes preceitos e estamos, ainda que, em alguns momentos, com passos menores do que o desejado, caminhando nesta direção.

A história da Educação Museal, em nosso país, e aqui utilizo o termo buscando contemplar as ações e processos desenvolvidos nos espaços museais, mesmo antes da institucionalização do setor educativo cujo marco temporal é a criação da SAE – Seção de Assistência ao Ensino, em 1927, no Museu Nacional, revela que o surgimento do campo ocorre com vistas a potencializar a relação da instituição com o seu público para que a experiência cultural fosse cada vez mais prazerosa e produtiva. O desenvolvimento de metodologias, adequação da linguagem, estratégias de difusão, elaboração de teorias, experimentações foram elementos adotados para dar robustez e, de certa forma, um caráter mais científico ao *modus operandi* da área.

O campo sempre demonstrou-se atento às questões sociais impostas em cada contexto histórico e buscou dialogar com suas demandas. Certamente não é possível empreender generalizações e fazer crer que todos os profissionais agiam em sintonia e lutavam pelos mesmos ideais. Nesta perspectiva, chamo a atenção para a necessidade de compreendermos que os campos do conhecimento são formados por pessoas com crenças e entendimentos diferentes, fato que explica as muitas perspectivas que uma mesma área possui na condução dos seus processos e elaboração de teorias. Hayden White, em sua instigante obra *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX,* propõe uma reflexão epistemológica sobre a construção narrativa e a história como construto intelectual. Tendo como evento analítico a Revolução Francesa, ele observa como quatro diferentes historiadores - Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckardt - utilizam-se de estratégias, definidas como tropos de linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque ou ironia, para suas interpretações sobre o mesmo tema. O autor esclarece que cada um adota uma perspectiva num plano moral ou estético a partir de escolhas pessoais pautadas em múltiplas variáveis. Esse brevíssimo resumo de uma obra tão densa apenas é utilizado para fazer uma analogia com as linhas de pensamento e formas de condução das ações adotadas ao longo da trajetória da Educação Museal. A construção e consolidação de um campo do conhecimento se configura em um lento processo de adequação dos saberes que irão compor a gramática do mesmo que, embora tenha pontos comuns, não é formada por uma única perspectiva.

A conformação do campo da Educação Museal historicamente deu-se pela confluência de múltiplos saberes e diferentes olhares que, numa análise epistêmica, percebemos ser a própria construção do processo educativo que, encastelado numa estrutura rígida, perderia sua potência e riqueza.

Nesta perspectiva, dedicar um volume da série *Educação Museal: conceitos, histórias e políticas* aos temas da *Gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa nos museus*, e *A questão da profissionalização,* é necessário e, certamente profícuo. Ambos vêm ocupando a pauta de discussões em diferentes fóruns, dada a forma como os profissionais do campo e os setores educativos são percebidos em inúmeras instituições. Ainda são comuns os relatos que reforçam a incompreensão, por parte de gestores, do papel e da importância da Educação Museal, excluindo sua participação dos processos de tomada de decisão e macro planejamento. Os temas estão relacionados e refletir sobre um deles é tangenciar o outro, na medida em que o reconhecimento da função educativa passa, também, pela profissionalização e pelo entendimento de que os setores educativos precisam ser redimensionados nos organogramas institucionais. Os programas, projetos e ações são muitas vezes desenvolvidos com verba inferior à necessária, havendo um desequilíbrio na distribuição do orçamento entre os setores. Por outro lado, a própria composição de algumas equipes demonstra o descaso para com o setor, que acaba recebendo pessoas despreparadas para lidar com as questões basilares que fundamentam nosso campo, e isto ocorre porque para alguns as exigências para atuar no setor são duas: gostar de criança e ter boa vontade.

Retomar a mensagem de Paulo Freire é oportuna, em especial porque ele nos alerta que *não podemos prescindir da ciência*, não devemos nos distanciar da busca pelo conhecimento, da pesquisa e do aperfeiçoamento das técnicas. Ele também ressalta que devemos estimular a consciência reflexiva e conseguir que o educando reflita sobre a sua própria realidade. Quando compreendemos nossa realidade, reforça Freire, temos condições de levantar hipóteses, buscar soluções e transformar nosso mundo, pelo trabalho que desempenhamos (Freire, 1979).

Somos todos educandos, estamos em constante processo de aprendizagem e construção de saberes que, muitas vezes, se dá pelo compartilhamento das experiências como as que encontraremos neste volume da série *Educação Museal: conceitos, histórias e políticas*. É, sobretudo pela produção bibliográfica, que um campo do conhecimento se consolida. Entretanto, não basta que essa massa seja volumosa, ela precisa ser difundida, discutida, apropriada e possibilitar novos olhares, tal como Rui Barbosa alerta no famoso discurso endereçado aos formandos do curso de Direito, em 1921:

> (...) os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas ideias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, porque passam, no espírito que os assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas."[1]

Há um dado muito interessante na biografia de Rui Barbosa que considero oportuno compartilhar neste contexto. Em 1881, então atuando como deputado, torna-se o relator da Comissão de Instrução Pública, entregando à Câmara dos Deputados em 1882 o "*Parecer sobre a reforma do ensino secundário e superior,* e em 1883 o *"Parecer sobre o ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*" nos quais ele dissertava e refletia sobre a situação do ensino naquele momento. Dentre as instituições complementares ele propõe, inspirado em experiências em curso em outros países, a criação do Museu Pedagógico Nacional que segundo ele:

> é uma instituição esta que tende a generalizar-se por todos os países, onde o ensino se acha colocado na altura do apreço que lhe toca, e a firmar a posição que lhe pertence como membro essencial ao organismo da instrução pública, em toda a parte onde as funções desta se exerçam regularmente.[2]

Podemos, hoje, mais de um século depois tecer críticas à percepção do jurista sobre o papel do museu como instituição complementar ao ensino, mas no momento de sua elaboração é uma proposta consistente e visionária ao reconhecer o papel e a importância deste espaço na formação de um sujeito. Ele recebeu, do Imperador Pedro II, por este trabalho tão denso e primoroso o título de Conselheiro da Corte.

Menciono Rui Barbosa, não somente por ser o patrono da instituição onde atuo - o Museu Casa de Rui Barbosa - mas por encontrar na série de livros idealizada e organizada pelos educadores museais Andréa Costa, Fernanda Castro e Ozias Soares elementos muito caros ao pensamento do jurista como o citado nas palavras emitidas aos jovens advogados, registradas em Oração aos Moços, estimulando-os a serem transformadores reflexivos. Os textos que compõem o volume 2 renovam o convite e nos desafiam a repensar nossa prática e a forma como percebemos nosso campo. Quais

os desafios que estão sendo enfrentados pelos educadores museais no âmbito da *gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus?* E quais os caminhos possíveis para *a questão da profissionalização da Educação Museal,* posto que a sua "informalidade" precariza as relações contratuais e fragiliza a atuação, ao possibilitar inclusive a entrada de aventureiros sem a devida formação? São estes os recortes temáticos que respeitados profissionais do campo da Educação Museal foram estimulados pelos organizadores a compartilhar conosco a partir de suas experiências, posicionamentos e reflexões.

Mila Chiovatto inicia a discussão sobre o primeiro tema com o texto intitulado *Gestão da educação museal no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca.* Ainda no preâmbulo, a autora chama a atenção para a premissa da educação como diretriz primeira e finalidade última da existência de um museu, sendo, portanto, imprescindível a presença do educador museal no processo de construção conceitual da instituição. Ao compartilhar a experiência de implantação e consolidação do Núcleo de Ação Educativa, estruturado em programas ancorados em bases teóricas, sinaliza os elementos que possibilitaram a construção de um trabalho sólido que tem como um dos objetivos garantir ampla acessibilidade ao museu. Entre a concepção e implementação de uma ideia há um longo caminho a ser percorrido para que a mesma obtenha o resultado esperado, incluindo a sensibilização das instâncias superiores para a importância de sua realização. O artigo apresenta, também, questões existentes numa instituição gerida por uma Organização Social que possui uma dinâmica diferente daquelas mantidas, exclusivamente, com verba pública.

Objetivando ampliar o diálogo para além das nossas fronteiras geográficas e estabelecer uma conexão com espaços culturais na América Latina, num movimento de reaproximação com o eixo sul, temos a experiência do Museu Pachacamac, localizado no Perú. Criado para preservar o acervo arqueológico oriundo do Santuário Pachacamac, onde era cultuado o deus *Pacha Kamaq*, responsável, segundo a lenda local, pela criação do universo, somos apresentados a um museu que se volta às comunidades do entorno, no qual há alguns assentamentos humanos. Por meio de um trabalho organizado em três linhas principais – Conservação, Pesquisa e Educação Patrimonial – a instituição busca valorizar os aspectos da cultura andina, marcada pela relação estreita com a natureza. Mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia que atravessamos e as deficiências

econômicas e sociais sinalizadas pelos autores, a equipe de educação, com a parceria da comunidade e instituições públicas e privadas, desenvolve ações marcadas pela sensibilidade e respeito à identidade, por meio do patrimônio cultural.

Entremeando sua vasta experiência como educadora museal ao tema da função educativa, Magaly Cabral inicia seu artigo sinalizando as mudanças ocorridas no conceito de museu, proposto pelo ICOM ao longo do tempo até 2019 quando o termo educação seria suprimido, caso fosse aprovado pela assembleia geral, reunida no Japão. Continua sua reflexão analisando criticamente o processo de gestão na Educação Museal, tendo como referência seu trabalho como diretora do Museu da República, por uma década. De forma muito contundente, corrobora o entendimento de Maria Célia Teixeira, museóloga e educadora museal, como a autora, para quem a ação sociocultural e educativa é compreendida como uma ação museológica, e a gestão museológica como ação educativa, e convida os gestores de museus a considerarem tal premissa para que, assim, a educação museal tenha seu valor, de fato reconhecido.

Coube à Marielle Costa, da Divisão de Educação da Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE, do IBRAM, discutir as relações que se estabelecem no caminho da profissionalização e da formação em Educação Museal. Ainda que a profissão de educador museal não seja legalmente reconhecida, ou que não tenhamos uma formação específica, sistematizada, contamos com aspectos definidores que singularizam o campo. Dados de recente pesquisa sobre o perfil do profissional que atua no setor, em museus vinculados ao IBRAM, além de outros localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, confirmam a preponderância da formação em licenciaturas associadas às Ciências Humanas fato que, certa forma demonstra a convergência sob o tema da Educação. Entretanto, chama a atenção a autora, há traços peculiares à prática. Como ocorre, então, a tessitura epistemológica de um campo na ausência dos meios tradicionais à sua construção? Algumas possibilidades são analisadas no artigo.

Na sequência temos um texto-manifesto, produzido de forma colaborativa, que chama a atenção para o descaso com o educador museal, que historicamente se encontra em atuação, em nosso país, há quase cem anos, sem que, no entanto, a profissão exista oficialmente. Nesse contexto de fragilidade, a pandemia de Covid-19 teve impacto direto nestes profissionais,

ocasionando um grande número de demissões, levando-os à mobilização pela profissionalização da área e atendimento a outras demandas, numa parceria entre a Rem-Brasil e o CECA-BR. Algumas pesquisas revelaram que a crise sanitária só agravou a precarização que já assombrava os educadores museais, muitos sem vínculos empregatícios formais. Esses fatos nos levam a perceber que, para alguns gestores, estes profissionais e as ações por ele realizadas são dispensáveis, passíveis de serem friamente cortados do orçamento. Embora os documentos que objetivam dar um contorno mais específico à área e aos seus profissionais, como a Política Nacional de Educação Museal, apontem para a necessidade de reconhecimento da função educativa como parte fundamental da existência museal, o que se observa é uma condução contrária a esse pressuposto.

Fechando o volume 2, e vislumbrando as perspectivas que nos aguardam na próxima publicação da série, conheceremos a contribuição do Museu Histórico Nacional para o processo de consolidação da Educação Museal em nosso país. Por meio de um panorama analítico, os autores enfatizam que a dimensão educativa da instituição perpassa todos os períodos, desde a sua criação em 1922. As transformações no trabalho educativo refletem o contexto externo que influencia a condução das propostas, demonstrando que a instituição é um organismo social, inserido em sua dinâmica. Contemporaneamente, a atuação do Núcleo de Educação é pautada pela Política Nacional de Educação Museal e pela convicção do papel transformador da Educação Museal e pela sua capacidade em capitanear a emancipação humana.

O material aqui apresentado é um convite ao diálogo e à reflexão, cada um desses volumes se abre a muitas possibilidades de interação e inspiração para novas propostas discursivas. O legado de cada educador precisa ser registrado, pois se nos inserimos no mundo humano, como afirma Hannah Arendt, por meio de palavras e atos, não podemos perder a oportunidade de dissertar sobre nossas ações em artigos, dissertações e teses. A ação e o discurso, complementa a filósofa alemã, são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, e de fato notamos isso ao desenvolvermos pesquisas de cunho biográfico ou que objetivam retratar a trajetória profissional de determinada personagem. Cito como exemplo a pasta funcional de Regina Real, servidora da Casa de Rui Barbosa, de 1955 a 1969, composta por alguns poucos documentos que não refletem a grandeza do trabalho empreendido, pasteurizam sua atuação em dados

burocráticos como marcação de férias, viagens de trabalho, participação em alguns eventos, sem nos revelarem suas ideias, seus conhecimentos ou seus interesses. É por meio de seus escritos que acessamos sua produção intelectual, traçamos o perfil dessa profissional, que compreendemos sua noção de museu ideal, sua metodologia, como seus conceitos foram construídos e apropriados e os autores que embasavam sua prática e teoria.

O volume 2 objetiva, portanto, despertar seu interesse pelos temas da *gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus* e pela *questão da profissionalização*, demonstrando que estamos construindo um caminho sólido, mas com muitos desafios a serem vencidos.

Mãos à obra!

Vida longa aos museus!

Vida longa à Educação Museal!

Aparecida Marina de Souza Rangel

Notas

1 Trecho do discurso Oração aos Moços. Original no Arquivo da FCRB,

2 Obras completas de Rui Barbosa, volume X, tomo III, 1883.

GESTÃO, FINANCIAMENTO E RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS

Gestão da educação museal no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo

Mila Chiovatto*

Introdução

O convite para tratar da gestão da educação museal é interessante e apropriado, posto que o tema é muitas vezes desconsiderado nos debates da área, geralmente focados em experiências educativas exitosas. Assim, agradeço o convite e espero pontuar algumas questões fundamentais dessa atividade, dando visibilidade a aspectos muitas vezes invisíveis do fazer educativo.

Antes de tratar especificamente dos processos de gestão, gostaria de reforçar algumas questões que considero fundamentais para a área em geral sem, entretanto, aprofundá-los, pois estou certa que outros autores devem também incluir esses temas em seus textos.

A primeira questão é a da profissionalização da educação museal, ainda em desenvolvimento. Nossa atuação atualmente não consta do cadastro de profissões oficial no Brasil, e isso implica que não existe um reconhecimento oficial de nosso fazer. A publicação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) em 2017, importante conquista para a área, traz aspectos importantes desse processo de profissionalização e deve servir de parâmetro interno aos museus, mas também, como mobilização para ações externas para a consolidação da área.

Outro ponto é que tanto a ação educativa quanto o educador museal devem ser parte integrantes das instituições e não agentes e profissionais externos, "terceirizados", contratados apenas para os processos de mediação junto ao público. Ao contrário devem estar embrenhados no tecido institucional de modo contínuo, participando não apenas das atividades educativas propriamente ditas, mas da construção conceitual do museu, já que a educação é (ou deveria ser) uma das diretrizes primeiras e finalidades últimas da existência dos museus.

---

* Milene Chiovatto graduada em Licenciatura em desenho pela Universidade Mackenzie, Mestra em comunicações pela ECA USP, educadora museal em diferentes exposições e museus de arte, autora de materiais pedagógicos para diferentes faixas etárias, foi presidente do Comitê de Educação e Ação cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-ICOM), coordena desde 2002 o Núcleo de ação educativa da Pinacoteca de São Paulo.

Reafirmo essa questão aqui, posto que ao redor do mundo, no lastro da equivocada utilização do termo mediação como sinônimo de educação museal, têm surgido grupos, coletivos/cooperativas de educadores de museus, com a crença ingênua de que organizar-se externamente à instituição lhes garante uma pretensa "liberdade" metodológica e interpretativa. Defendo que a liberdade metodológica da educação museal se deve às diretrizes explanadas pelo Plano Educação, conjuntamente ao Plano museológico institucional. É a negociação interna à instituição que garante que os processos educativos desenvolvidos possam alargar-se em toda sua capacidade, sem guiar-se exclusivamente pelos discursos curatoriais, por exemplo.

Da mesma forma reitero a necessidade de que na futura definição de museus, ainda em processo de elaboração e discussão no ICOM (Conselho Internacional de Museus), esteja presente de forma explícita e contundente a função educativa do museu.

Sobre a Pinacoteca

A Pinacoteca do Estado de São Paulo é o mais antigo museu de arte deste Estado tendo sido inaugurada em 1905. Museu da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo (SEC), desde 2006 é gerido pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC, organização social de direito civil (OS), sem fins lucrativos.

Atualmente com um acervo de mais de dez mil obras de arte, sobretudo brasileiras, com peças do século XVII até os dias atuais. Destas, aproximadamente mil obras irão compor a partir deste ano a nova exposição de longa duração da coleção do museu, permitindo processos educativos continuados. Com um público médio de 500.000 visitantes por ano, a Pinacoteca também recebe cerca de 20 exposições temporárias anualmente, que buscam estabelecer diálogos com as obras do acervo, e para muitas das quais também desenvolvemos ações educativas.

A partir de 2004, além do famoso edifício em frente à Estação da Luz, a Pinacoteca passou a contar com o espaço de mais um edifício histórico, a Estação Pinacoteca, ampliando as possibilidades de ações culturais e educativas desenvolvidas pela instituição. Atualmente este edifício abriga também o Memorial da Resistência, que conta com uma equipe educativa autônoma.

As ações educativas realizadas na Pinacoteca, acompanhando o desenrolar de sua história, passaram por momentos de maior ou menor ênfase, em ressonância aos projetos institucionais desenvolvidos por seus diretores, e também em consequência do ímpeto e visão dos profissionais responsáveis por elas.[1]

Em 2002, então sob a direção de Marcelo Mattos Araújo, uma das prioridades da instituição passou a ser a implantação e consolidação de um Núcleo de Ação Educativa (NAE) capaz de dar conta tanto da multiplicidade e importância das obras do acervo da Pinacoteca, quanto da variedade de seu público. Esse desafio foi encarado a partir das propostas da Nova Museologia, e de referenciais teóricos da educação como John Dewey, George Hein e Paulo Freire, entre outros, enfatizando a percepção do museu como espaço que pode contribuir não só para uma vida cultural ativa, mas com uma participação transformadora na sociedade.

Dessa maneira, em consonância à missão institucional, apontamos como nossa missão *promover processos educativos para diferentes públicos em arte, história/memória, patrimônio e cultura, contribuindo para o exercício da diversidade, o diálogo e a construção e difusão do conhecimento.*

Salientamos, assim, no enunciado de nossa missão a posição mais alargada da ação educativa que não se limita ao conhecimento e ensino da arte, mas a potencializa para incorporar aspectos de contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, com vistas à uma ação efetiva na sociedade.

Primeiras ações

Iniciamos nossa trajetória realizando uma pesquisa de perfil e expectativa do público frequentador da instituição que nos indicou caminhos de ação para aqueles que já visitavam o museu, mas tornou visível as profundas lacunas de diversidade nesse perfil que – como educadoras – tínhamos a intenção de preencher.

A partir destes resultados, dos potenciais educativos do museu e de nossas intenções pedagógicas é que, então, definimos nossos objetivos gerais: *desenvolver ações educativas a partir das obras do acervo e das apresentadas em exposições temporárias; promover a qualidade da experiência do público no contato com as obras; garantir a ampla acessibilidade ao museu e incluir e transformar em frequentes, públicos não habitualmente frequentadores*.

Cada um dos conceitos presentes em nossos objetivos foi profundamente discutido e investigado para os deixarmos claro, tanto aos demais, quanto para nós mesmos. Tanto a missão à qual nos propusemos, quanto os objetivos gerais acima apresentados, estão devidamente documentados interna e externamente ao museu e nos servem ano após ano, não apenas para lapidarmos nossa prática com constantes avaliações, como também para gerir os recursos financeiros, materiais e humanos que dedicamos às nossas ações.

Processos de gestão

O NAE desde seu início busca atuar em resposta a seus públicos, organizando-se por meio de Programas, projetos e ações com público-alvo definido e equipes especializadas para atendê-los. Essa escolha está baseada nas propostas de educação construtivista/freiriana que propõem organizar o processo educativo a partir dos repertórios e interesses dos educandos; bem como no conceito de *comunidades interpretativas*, que migrou das propostas de interpretação literária para as metodologias de educação museal.

Embora formulados como programas autônomos, com objetivos, metas e dinâmicas próprias, todos eles atuam em sinergia, cabendo à coordenação a troca constante de experiências.

Entretanto, antes que o fazer tenha vez, ou seja, que os programas desenvolvam suas atividades, é necessário entender as dinâmicas internas de cada instituição, de que forma se organizam seus processos e a quem cabe o desenvolvimento de cada tarefa.

É ingênuo, embora bastante comum, imaginar que basta uma boa ideia para se desenvolver um bom projeto ou programa educativo. Nada mais longe da verdade. Da primeira ideia até sua efetiva realização há muito que ser feito, e por vezes, tarda-se anos nesse processo.

Essa primeira ideia precisa ser avaliada para se verificar se condiz com a missão, visão e valores da instituição; se está enquadrada na missão do NAE; se está articulada ao Plano Educação, ou seja, se seus objetivos, metodologia, bases referenciais e formatos de práticas, além de arcabouço teórico está adequado e em sinergia com os demais programas, projetos

e ações desenvolvidas, e se contempla de maneira convergente nossos propósitos e princípios já em desenvolvimento. Depois dessa avaliação, é preciso sistematizar a ideia em um projeto. Há diferentes modelos e sistemas para tal, o importante é que a proposta seja inteligível a qualquer pessoa. A partir desse ponto, cabe à gestão, sensibilizar as instâncias internas da instituição sobre a importância e pertinência de tal proposta, angariar apoio institucional, para prosseguir com os demais passos rumo à concretização da ideia em ação.

No caso da Pinacoteca, por se tratar de um museu da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, e ser gerido por uma Organização Social de Cultura, cada ideia, convertida em proposta de projeto, está sujeita a aprovações de diferentes instâncias superiores.

Muito se tem debatido sobre o sistema de gestão de patrimônios públicos por meio de Organizações Sociais de Cultura; a fim de apresentar rapidamente e sem me aprofundar, as questões concernentes à gestão educativa, explicito que a cada 5 anos, a APAC, atual gestora da Pinacoteca, concorre com outras OSs para ser contratada pela SEC a fim de gerir os próximos 5 anos da instituição. Para tal, toda a instituição e seus profissionais são envolvidos na construção de um único Plano de gestão, composto de todas as ações pretendidas pelos diferentes núcleos. Assim, além da OS ter que comprovar suas realizações e situação administrativa sistematicamente, há um Edital aberto que apresenta, desde o ponto de vista do Estado, o que seria o mínimo necessário a ser desenvolvido na instituição, e em resposta, enviamos, como instituição, um Plano de Gestão quinquenal a ser desenvolvido, com ações propostas ano a ano.

Por esse sistema, a APAC negocia com a SEC metas a serem alcançadas mês a mês. No caso do Educativo, as metas se estruturam a partir de quantidades de atendimento de público escolar, públicos inclusivos, realização de cursos, publicação de materiais, avaliação de qualidade de atendimento educativo etc. e se responsabiliza a entregar relatórios quantitativos e qualitativos de todas as ações mensalmente, trimestral e semestralmente, além dos relatórios anuais.

Sendo a Organização Social a selecionada para a gestão do equipamento cultural, a SEC contrata, por um valor previamente acordado, a OS adequada e acompanha o desenvolvimento da gestão de cada equipamento cultural e de cada OS gestora, já que para cada um, há um acordo distinto.

Entretanto, saliento que o que estamos acompanhando ano a ano é a diminuição do valor pactuado nesse contrato, e atualmente, no caso da Pinacoteca, cobre menos de 50% dos custos totais planejados, e podem ser utilizados apenas para o funcionamento e atividades do museu. Ficando sem subsídio, por exemplo, exposições, publicações, projetos etc.

Para realizar tudo o que se pretende, a APAC deve então complementar os recursos recebidos do Estado com fundos de origem privada. Para tal, deve apresentar projetos e planos anuais aos organismos que autorizam a captação de recursos de origem privada via Leis de incentivo e outros mecanismos, bem como participar de Editais e criar outros meios de financiamento via captação direta.

Assim, além dos planos quinquenais, do qual se originam planos anuais a serem aprovados pela SEC, cada setor também elabora, anualmente, Planos de trabalho institucionais a serem inscritos nos sistemas existentes de seleção para captação de verba de origem privada, mediante contrapartidas estabelecidas previamente. Projetos como Ações educativas em exposições temporárias, projetos inovadores ou para públicos ainda não atendidos por nós, precisam necessariamente serem aprovados pelas instâncias superiores, tanto em termos de adequação, prioridade, exequibilidade e custo/benefício.

Desta forma, gerir não significa apenas desenvolver ações educativas, há um extenso e complexo trabalho que precede o trabalho educativo propriamente dito, e que envolve áreas como administração, finanças, gestão de pessoas, gestão de projetos, além de sólidos conhecimentos nas áreas de educação e museologia e, no caso da Pinacoteca, arte.

Resumindo brevemente os processos pelos quais a primeira ideia deve passar antes de ser desenvolvida, elenco a seguir alguns dos passos mais importantes nessa cadeia: primeira ideia; verificação interna de adequação; projeto; negociações institucionais políticas e estratégicas; orçamentação; aprovação em Leis de incentivo; captação de recursos; organização da ação (avaliação dos recursos financeiros, local, condições, cronograma, recursos humanos), interface com demais núcleos institucionais, acompanhamento, formas de documentação e difusão, realização, avaliações, prestação de contas, relatórios.

Metodologia de Trabalho

Recomendamos que cada setor educativo organize suas bases metodológicas que possam ser aplicadas a todos os programas, projetos e ações educativas planejadas. Em nosso caso, algumas de nossas metodologias que utilizamos são explicadas abaixo:

Propostas poéticas – são atividades criativas em forma de expressão plástica, verbal, sonora ou corporal que buscam tornar vivenciais aspectos perceptivos e/ou cognitivos que foram ou a serem tratados durante a leitura de imagens.

Recursos multissensoriais – recursos que apelam a outros sentidos para além da visão, com os quais se pode gerar estímulos e pontes de tradução, interpretação e/ou aproximação para a significação autônoma das obras.

Dispositivos para autonomia de visita – recursos ou conjunto de recursos que articulados com outros elementos estimula o desenvolvimento de interpretações, percepções e compreensões autônomas dos assuntos do museu, durante uma visita, sem a necessidade da presença de um educador.

Leitura de imagem – estratégias de diálogo conduzido focando a percepção sensorial, formal, contextual, poética, técnica e interpretativa das imagens.

Visitas dialogadas – percursos acompanhados por educadores que criam condições para os visitantes expressarem suas próprias interpretações sobre os objetos analisados, oferecendo oportunamente informações adicionais que possam suscitar outras interpretações, visando um processo de construção compartilhada de conhecimento.

A proposta de cada um dos programas educativos é atuar por meio de estímulos capazes de estabelecer diálogos com os visitantes, tendo como ponto de partida sua percepção, interpretação e compreensão das obras, para a construção de significados compartilhados possíveis, com vistas ao desenvolvimento crítico do sujeito.

Organização por programas

Primeiro nos organizamos em Programas e projetos por perfil de público e posteriormente, a partir de 2013, os mesmos foram organizados em dois eixos de atuação, em resposta à variedade de públicos e diretamente abaixo da coordenação geral.

Apresentaremos brevemente estes dois grandes eixos, um voltado ao público que visita habitualmente o museu (escolares, professores, família e público em geral) cujas atividades encontram-se agrupadas nos *Programas de Atendimento ao Público Escolar e em Geral* (PAPEG) e a *Coordenação de Programas Educativos Inclusivos* (COPEI), responsável pelos programas voltados aos públicos não habituais de museus. Essa diferenciação se justifica pelo necessário empenho extra para mobilizar os públicos não habituados a frequência cultural, a não apenas visitarem o museu, mas a se sentirem parte da instituição.

Fazem parte do PAPEG o programa de visitas educativas destinados aos grupos escolares, professores e ao público em geral, também o projeto Pinafamilia que articula diferentes ações e publicações para recepção de grupos familiares ao museu, transformando o processo de aprendizagem inerente à visitação em momentos de lazer e estímulo à convivência familiar. As ações educativas realizadas em exposições temporárias também estão aqui, além do projeto dispositivos para autonomia de visitas, que produz recursos educativos para a utilização autônoma dos visitantes do museu, tais como jogos, folderes e dispositivos expográficos participativos. Também aqui são desenvolvidos vários processos de formação de professores, estimulando os docentes para o uso da arte e do patrimônio como recursos pedagógicos, congregando a prática educativa da educação formal, com a praticada no museu.

No COPEI estão os programas Educativo para Público Especiais (PEPE) responsável pela acessibilidade aos conteúdos do museu para pessoas com deficiência sensorial, motora e/ou transtornos mentais e o de Inclusão Sociocultural (PISC) voltado aos mais diferentes perfis de pessoas em situação e vulnerabilidade. O Programa Meu Museu também participa desta coordenação, desenvolvendo ações voltadas ao público idoso e seus cuidadores; além do Programa Consciência Funcional voltado ao desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores do museu.

As demais ações do Núcleo tais como publicações, recursos educativos, atuação em exposições temporárias, cursos e processos administrativos são oportunidades para um trabalho ainda mais colaborativo e participativo de todos.

Notas

1 Entre outros profissionais, estão registradas documentalmente as passagens pelo museu de Paulo Portella Filho, Denise Grinspum; Sonia Guarita do Amaral e Victoria Daniela Bousso; profissionais de inegável relevância atualmente nos cenários artístico e educacional.

Florescendo no deserto: Experiência Educativa no Museu Pachacamac

Denise Pozzi-Escot, Rosangela Carrión,
Angélica Isa, Cynthia Patazca, Carmen Rosa Uceda*

Introdução

Este artigo se concentra em nosso trabalho de educação patrimonial e sua evolução através dos anos, concebendo o museu como um espaço de socialização diverso, inclusivo e sustentável.

O Museu Pachacamac está localizado em um território com características complexas, devido às vulnerabilidades econômicas, sociais e culturais dos moradores da região. Por conta disto, tivemos que adaptar nosso trabalho para identificar esse público, interagindo com a comunidade para entender seus interesses, além de organizar diferentes atividades nos assentamentos (ocupações residenciais periféricas em terras públicas, geralmente com escassez de serviços, similares às favelas brasileiras) e nas escolas vizinhas, por meio de nosso patrimônio.

Este artigo também nos permite refletir sobre a situação do Museu Pachacamac e sobre como temos nos relacionado com nosso público neste contexto de pandemia. Não apenas fornecemos serviços, como somos ainda agentes ativos, somos atores, e por isto nosso papel também inclui a colaboração com a sociedade e com o desenvolvimento local, especialmente na situação de emergência sanitária em que nos encontramos hoje, que nos obriga, como cidadãos, a contribuir com o cuidado e proteção da saúde de todos.

* Denise Pozzi-Escot
Rosangela Carrión
Angélica Isa
Cynthia Patazca
Carmen Rosa Uceda

Santuário Arqueológico Pachacamac

O santuário arqueológico de Pachacamac está localizado a 31,5km ao sul da cidade de Lima, muito próximo ao litoral. A partir da década de 1950, a América Latina sofre a onda da migração populacional do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Na década de 1980, uma nova migração, por conta do conflito armado interno[1], acirrado em algumas regiões, afeta as cidades costeiras, incluindo a região sul de Lima – onde se localiza o Santuário Arqueológico de Pachacamac –, que recebe a população forçada a deixar seus locais de origem. Os terrenos ocupados para a construção de moradias sem serviços básicos expandem a extensão da cidade, gerando novas áreas centrais. O crescimento das últimas décadas faz com que este importante sítio arqueológico se encontre hoje praticamente inserido dentro da cidade. Por isto, sua conservação e existência futura se tornam um desafio para a equipe do Museu Pachacamac.

O santuário arqueológico tem extensão aproximada de 465 hectares, com uma área monumental de 250 hectares, reunindo uma série de edifícios, ruas, praças e cemitérios, reflexo da ampla ocupação do sítio. A arquitetura do santuário variou ao longo de 1200 anos de existência. Ao final da época pré-hispânica, seus templos eram visitados por multidões de peregrinos, já que a deidade-oráculo de Pachacamac era o centro de toda a religiosidade costeira até o século XVI.

Estas características tornam o santuário de Pachacamac um dos sítios pré-hispânicos mais importantes da costa peruana, vinculado à grande rota Inca ou Qhapaq Ñan, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 2014. Este caminho conectou o santuário à capital imperial de Cusco, percorrendo alturas de até 4.500 metros de altitude, passando muito próximo do *apu*[2] Pariacaca, importante divindade da região, até chegar a Hatun Xauxa na cordilheira andina, e de lá pegar o caminho principal para Cusco e Collasuyo, no altiplano andino.

Museu Pachacamac

Os trabalhos de pesquisa no santuário arqueológico começaram entre o final do século XIX e o início do XX. Por volta da metade do século passado, Arturo Jiménez Borja empreendeu esforços para construir, em 1965, o Museu de sítio arqueológico Pachacama, com o objetivo de proteger e conservar os materiais culturais encontrados. Desde 2008, como parte

do Projeto Qhapaq Ñan, do Ministério da Cultura do Peru, os trabalhos no santuário e Museu Pachacamac foram retomados, organizados em três eixos principais:

- Pesquisa: este componente recupera, analisa e interpreta os contextos culturais, sendo a transferência dos conhecimentos obtidos um dos principais propósitos do nosso trabalho.
- Conservação do patrimônio móvel e imóvel: contribui para a preservação do sítio e de suas coleções às futuras gerações. Inclui não apenas a conservação como também documentação, gestão e coleções, a digitalização e a difusão.
- Educação patrimonial: eixo fundamental para cuidar, sensibilizar e estimular o respeito à nossa identidade, a partir do descobrimento do nosso patrimônio, gerando interesse e consciência cidadã.

Em 2016, cinquenta anos depois, o novo Museu Pachacamac é inaugurado, em um importante esforço do Ministério da Cultura do Peru para proporcionar um edifício moderno e com as condições adequadas à difusão, conservação e pesquisa do material que o museu abriga. Superando um desafio complexo, o projeto dos arquitetos Llosa e Cortegana concebe um edifício integrado à paisagem, sem afetá-la: uma oportunidade para que a

arquitetura contemporânea se relacione com a arquitetura pré-hispânica, tomando alguns de seus elementos, erguendo-se como mediadora entre esta e a paisagem. (Llosa et al., 2017). No novíssimo museu, seus áreas de volumes tensionadas por vazios geram percursos através de rampas que permitem evocar as ruas pré-hispânicas, por onde chegavam os peregrinos, permitindo além disso também o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Educação Patrimonial

Segundo estipulado em nosso Plano Diretor, a gestão do santuário arqueológico "propõe a inclusão da população do entorno imediato, como uma participação ativa, livre e informada" (Ministério da Cultura do Peru, 2012:14).

O Museu Pachacamac é um espaço privilegiado para a interação com estudantes fora da escola, criando situações favoráveis à aprendizagem, buscando promover experiências motivadoras para, deste modo, contribuir para formar pessoas melhores e, sobretudo, fazer com que nosso patrimônio – ou seja, nossa história – possa chegar a todos. Estamos convencidos da importância da participação da comunidade local, já que ela será nossa melhor aliada na preservação do sítio futuramente.

Temos implementado o Programa de Desenvolvimento Comunitário, graças a alianças estratégicas com instituições públicas e privadas, contando com a participação da comunidade local, o que nos possibilita um projeto sustentável e de longo prazo.

Neste sentido, realizamos também oficinas permanentes para meninos e meninas da comunidade do entorno do santuário, com idades entre 5 e 14 anos. Os participantes das oficinas são oriundos dos Assentamentos Humanos (AAHH) UPIS San José, Mamacona Baja e Julio C. Tello. Contamos ainda com a participação de crianças oriundas de outros distritos da região metropolitana de Lima, como Pachacámac, Villa María del Triunfo, San Juan de Miraflores e Villa el Salvador. Neste contexto, quem forma o nosso público? As comunidades locais, colégios, associações de moradores (presidentes), a sociedade em seu conjunto – assim, propomos uma série de atividades levando em conta as características da população.

Foto 1. Oficinas educativas. Créditos: Denise POZZI-ESCOT.

Portanto, para começar estas atividades, realizamos pesquisas prévias, buscando ter uma ideia precisa das expectativas do nosso público em potencial; podemos, deste modo, avaliar, ao final da nossa oficina, o que foi aprendido, conhecendo o nível de satisfação com as atividades e melhorando, com isto, o nosso trabalho.

Oficinas de verão

Durante os meses de janeiro e fevereiro, período de férias escolares, as crianças e os adolescentes não costumam contar com espaços públicos para aproveitar as férias; por isto, o Museu Pachacamac, em parceria com presidentes de associações de moradores de alguns assentamentos do entorno, propõe diversas atividades culturais para eles, incluindo 5 minutos de Rádio Taissô (técnica de exercícios japonesa que melhora a flexibilidade do corpo e reduz o estresse), no início de cada sessão das oficinas.

Nas "Oficinas de verão", a ideia é interagir com as crianças, para que elas conheçam seu patrimônio, seu território. São programadas visitas para o reconhecimento da paisagem desértica em que estamos localizados, a lagoa, a fauna e flora e as colinas próximas (ecossistema que renasce todos os anos, graças à umidade da névoa nos meses de inverno).

É importante salientar que, para o mundo andino, a paisagem está geralmente associada a lendas e seres mitológicos. Neste caso, a paisagem do santuário arqueológico está vinculada aos mitos pré-hispânicos de duas ilhas, Cavillaca, a ilha principal, e ao sul dela sua filha menor, que se localizam em frente a um dos principais templos do santuário, sacralizando a paisagem marítima.

Depois de uma primeira visita, para que se localizem geograficamente, realizamos uma pequena pesquisa com as crianças, para que possamos ter um ponto de partida para avaliar, no final do verão, a variação do conhecimento sobre o patrimônio. Estas sessões permitem percorrer o santuário e visitar o museu, com atividades complementares para aprofundar os conteúdos.

Acrescentamos atividades educativas manuais, como a elaboração de *quipus* (sistema contábil inca) ou a reciclagem de plásticos, dentro do tema da preservação do meio ambiente. Temos também outras atividades em nossas oficinas, relacionadas ao ofício da arqueologia, escavações e conservação de objetos, atividades que pudemos implementar graças ao apoio do *National Geographic*. Do mesmo modo, tivemos neste último ano o apoio do Museu de História Natural da Universidade de San Marcos, que está realizando pesquisa sobre urubus, iniciando o que pode vir a ser um trabalho colaborativo entre os dois museus, que compartilham espaços de pesquisa.

Como vemos, estas oficinas são realizadas graças a redes estabelecidas com outros museus e instituições, que nos permitem continuar a formação das crianças da nossa comunidade, a partir da valorização do nosso patrimônio.

Um exemplo desta colaboração é o projeto de cultivos pré-hispânicos, que chamamos "Inti Chacra", Chácara do Sol, iniciado graças ao apoio do Programa de Desenvolvimento do Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011).

No início, tratava-se de implementar um espaço para promover os variados cultivos pré-hispânicos, de forma lúdica e participativa. Este projeto se ampliou e hoje inclui também, além das nossas atividades com as escolas, uma visita para turistas e para pessoas com deficiência.

Foto 2. Oficina "Jardim dos sentidos". Créditos: Denise POZZI-ESCOT.

Durante as visitas, propomos também um momento de reflexão sobre nossa relação com a natureza e sua preservação, e também sobre os sentidos. Para isso, criamos a atividade sensorial "Jardim dos sentidos", que tem o propósito de desenvolver a sensibilidade à natureza através de nossos sentidos físicos, atendendo, com estas atividades, pessoas com deficiência visual, mas também ao público que se disponha a cobrir os olhos para aumentar a sensibilidade e sentir a natureza.

Os participantes de olhos vendados são guiados pelos demais pelos ombros, para evitar acidentes. Caminham pelos arredores da chácara com os olhos cobertos, tocando uma árvore, uma fruta, uma flor, e respirando ar fresco. Quando tiram a venda dos olhos, devem identificar as superfícies que tocaram.

As atividades que realizamos na Inti Chacra permitem interagir a partir de diferentes ângulos: usar uma palavra em quechua (Inti) nos permite fazer referência a uma de nossas línguas originárias; revolver a terra e manter os cultivos (tirando ervas daninhas, regando) acaba sendo também a prática de um exercício físico.

Os trabalhos ao ar livre possibilitam passar de uma escuta passiva e às vezes silenciosa a uma atividade dinâmica, em que os alunos têm o protagonismo, compartilhando saberes familiares, conseguindo com isto que o aluno "desperte", se emocione com seu trabalho. Podem se tornar também o início de uma atividade de pesquisa sobre a evolução das plantas, a presença de determinados insetos, ou sobre como podemos gerar alimentos para nosso consumo diário.

Acreditamos que, a partir destas propostas, poderemos contribuir para a descoberta de nosso patrimônio, estimulando a consciência crítica sobre nossas crenças e nossa identidade, bem como o respeito aos outros (Homs, 2002:17).

O Museu Pachacamac durante a pandemia

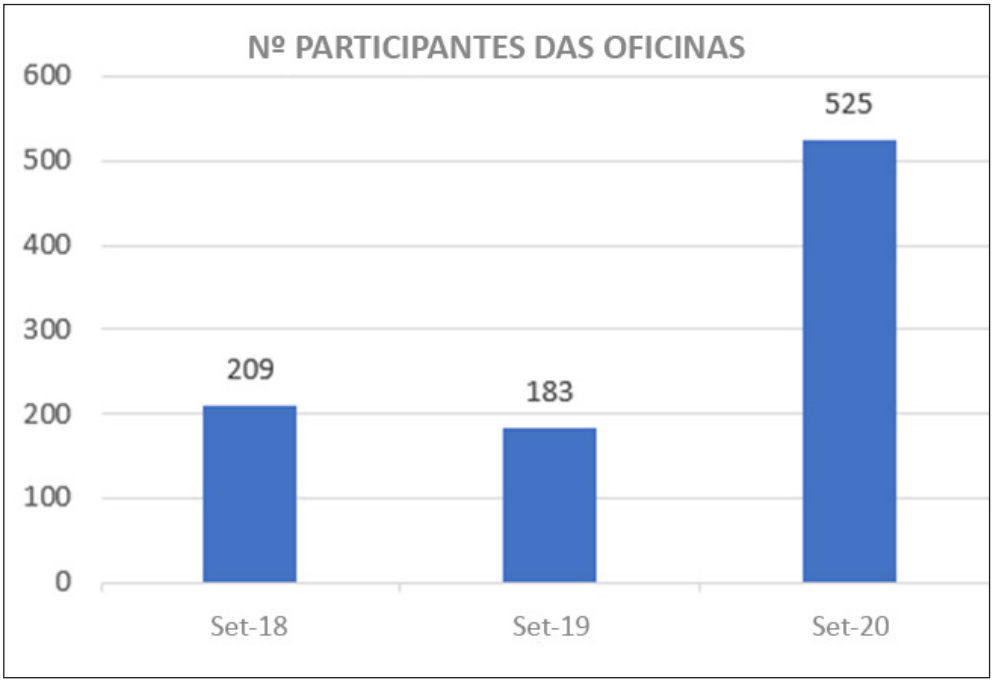
Durante esta pandemia, conseguimos, por meio de um trabalho interdisciplinar em conjunto com professores de diversas escolas, estabelecer pontes de colaboração para um projeto de museu-escola iniciado há algum tempo, que compreende o museu como um espaço colaborativo, onde o patrimônio inspire a educação de hoje a contribuir para uma transformação.

Desde 15 de março de 2020, o governo peruano decretou estado de emergência sanitária em todo o país e todas as atividades presenciais foram suspensas, causando grande impacto nas nossas programações. Neste ano escolar, não foi possível realizar as capacitações com os professores que eram feitas no mês de março, quando apresentávamos nosso plano anual, organizávamos nossas atividades educativas, ouvíamos as necessidades dos professores, o que gostariam de trabalhar e o que era importante para eles. Transpor nosso trabalho para a virtualidade não foi simples, mas pouco a pouco nos adaptamos a uma educação à distância, que permite o uso das tecnologias digitais, ainda que bastante restrito em alguns casos. É necessário reconhecer que o público escolar em geral não tem, em nosso país, acesso a plataformas educativas, pois em muitos casos as crianças não têm internet nem computadores em suas casas, o que vem nos levando muitas vezes a interagir por meio dos telefones celulares dos pais.

Empreendemos várias estratégias para acompanhar nossa comunidade escolar. Uma delas é aproveitar os saberes dos professores de um dos colégios, Santa María Reina de Pachacamac, do setor Quebrada Verde. Eles trabalharam o material informativo da exposição virtual "Deusas de

Huarochirí e Pachacamac", elaborando fichas educativas, desenvolvidas em duas áreas: comunicação e ciências sociais, abordando as competências de acordo com o currículo nacional.

Esta exposição motivou os docentes a ampliar a temática da mitologia local para o papel que as deidades femininas, muitas vezes esquecidas nos manuais educacionais, tinham no Peru antigo. Desta maneira, surgiu a oportunidade de experimentar e aprender novos conhecimentos sobre o patrimônio imaterial. O Museu forneceu a informação histórica, enquanto os professores prepararam o material para apresentar em outras escolas, em uma mostra virtual.



O gráfico anterior mostra a evolução do número de participantes das oficinas no mês de setembro ao longo dos últimos três anos; como se vê, as oficinas virtuais de 2020 viram o número de participantes duplicar em relação a 2019, e incluíram outros temas, como arquitetura, escultura, pintura, iconografia etc.

Pachacamac: descobrindo meu museu

Graças a um edital para um fundo da Sociedade *National Geographic*, conseguimos realizar, entre janeiro de 2018 e abril de 2019, o projeto

"*Pachacamac: descobrindo meu museu*". Trata-se de um projeto estruturado com base em experiências anteriores (Pozzi-Escot et al, 2018). A equipe multidisciplinar encarregada do projeto reuniu arqueólogos, conservadores, psicólogos sociais e educacionais, bem como guias profissionais e membros do programa educativo do museu.

O trabalho se desenvolveu por meio de um conjunto de cinco oficinas que reuniam o trabalho de distintos profissionais relacionados ao patrimônio cultural, reproduzindo, em uma espécie de espaço-maquete, o processo de escavação, pesquisa, conservação e exposição dos materiais recuperados nas escavações arqueológicas, para que as crianças participantes "escavassem" em quadrículas criadas especialmente para elas.

Deste modo, buscamos iniciar as crianças nos métodos científicos utilizados nas pesquisas de campo do santuário arqueológico.

As oficinas, oferecidas gratuitamente, foram dirigidas a crianças do terceiro ano do Ensino Fundamental I e do primeiro ano do Fundamental II[3] dos colégios da área nos limites a noroeste do santuário. Escolheu-se uma amostra de 312 crianças de comunidades locais para participar, com o apoio de seus colégios, de 117 oficinas.

Podemos resumir a sequência das Oficinas nas seguintes fases:

1. Visita inicial ao museu e santuário, a partir de um percurso pela área arqueológica, a cargo de um arqueólogo.

2. Escavações em uma área preparada especialmente para isto, com réplicas para cada criança, utilizando as ferramentas típicas do trabalho de um arqueólogo, como colherim, brochas, peneira etc. Para começar a escavação, as quadrículas são preparadas utilizando noções de geometria, aplicando o que foi aprendido em sala de aula. Depois, cada criança começa sua "escavação arqueológica" em uma quadrícula, para aplicar as explicações dos arqueólogos. Durante o processo de escavação, vão surgindo os "achados": fragmentos de vasos, artefatos de madeira, restos de alimentos, como moluscos, sementes de abóbora (*Cucurbita máxima)*, lúcuma (*Pouteria lucuma*) e restos de algodão (*Gossypium barbadense)*, dentre outras evidências enterradas previamente pelos arqueólogos do museu. O objetivo é provocar uma reflexão sobre os achados, buscando reconstruir uma história a partir dos restos encontrados, seguindo os passos de um trabalho científico.

3. A oficina de conservação permite aprender os princípios básicos para a conservação das peças encontradas durante a oficina de arqueologia e conhecer o trabalho dos conservadores profissionais. As peças de cerâmica encontradas estavam quebradas em fragmentos e as crianças deveriam então restaurá-las, com o auxílio da restauradora do museu, utilizando as técnicas corretas. As crianças também recebiam uma introdução prévia sobre a importância da informação contida nos objetos. Desta forma, introjetamos sempre o interesse pela pesquisa científica, pela reconstrução da história de um sítio e pela conservação das evidências de ocupações antigas.

4. Oficina de exposição: é montada uma pequena exposição com os materiais recuperados e as peças conservadas. Nesta oficina, trocamos informações com os alunos sobre o que foi aprendido nas sessões anteriores. Refletimos sobre o que queremos apresentar para nossos pais, nossos companheiros, nossa comunidade.

5. Exposição final: os participantes convidam seus familiares, professores e amigos, e realizam uma apresentação oral diante das vitrines que foram preparadas por ele.

O projeto tem várias metas:

1. Interagir com o corpo docente das escolas, buscando reforçar os laços interinstitucionais, unir esforços e incrementar os conhecimentos dos participantes sobre o santuário e sua valorização como patrimônio cultural.

2. Aprimorar as habilidades transferíveis dos participantes[4].

3. Estimular a capacidade de iniciativa e tomada de decisões, em diferentes etapas das oficinas, e incorporar as sugestões das crianças ao processo e ao produto final.

4. Mensurar a compreensão e expectativa dos pais/tutores sobre os benefícios da participação nas oficinas.

5. Avaliar os efeitos de nossa participação de maneira estruturada.

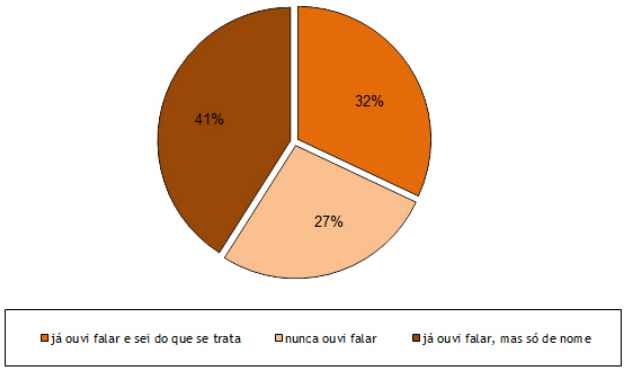
6. Produzir um relatório detalhado sobre o impacto do Museu de Sítio Pachacamac nas comunidades locais, graças à utilização de avaliações e entrevistas com os participantes, pais e docentes, antes e depois das oficinas.

Um dos aspectos mais importantes do projeto foi a realização de um estudo sobre o impacto real de nosso trabalho educativo com a comunidade de forma aprofundada. Este relatório ainda não foi publicado em sua totalidade, por isto as informações apresentadas a seguir têm um caráter preliminar.

A psicóloga social e a psicóloga educacional contratadas para este projeto também trabalharam de forma conjunta, preparando o material educativo de acordo com o currículo nacional e realizando estudos prévios e diversas entrevistas, tanto antes quanto depois das oficinas, com o propósito de avaliar qualitativamente seus impactos, não apenas entre os participantes, mas também a partir da perspectiva de seus pais, professores e do museu. Foram realizadas entrevistas anônimas com os participantes, cuidadores e professores, para ouvir suas opiniões sobre suas cidades, sobre a vizinhança, a confiança em distintas autoridades, passatempos e atividades culturais. Todas as entrevistas foram gravadas, com a autorização dos entrevistados, o que nos permitiu uma análise profunda dos resultados obtidos.

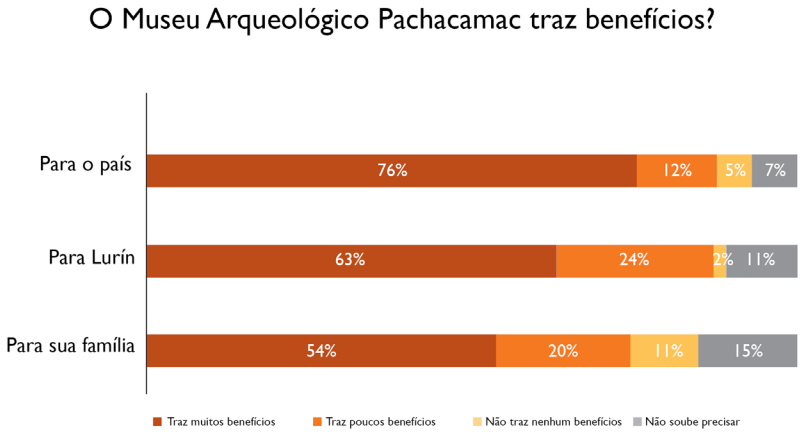
Os resultados que destacamos a seguir foram retirados do relatório final do projeto. Durante as entrevistas, 93% das crianças mencionaram gostar do curso de história do Peru, 85% estavam felizes por contar com um museu nas proximidades e 77% acreditavam que os moradores de Lurín são guardiões do Museu (Ordinola & Espejo, 2019).

Você já ouviu falar no Museu Arqueológico Pachacamac?



Base total de respondentes: 323. Resposta única. Pergunta 8 do questionário.

"Não [levei meu filho ao museu], para ser sincero, por ter outras opções, como cinema, videogame, outras coisas que não são produtivas, mas agora que vejo que meus filhos estão recebendo esses ensinamentos, acredito que é bem melhor." (Pai, 49 anos, colégio Brent).



Base total de respondentes: 323. Resposta única. Pergunta 12 do questionário.

"Sim, porque antes eu não sabia o que era o Santuário, mas me propuseram pesquisar mais e conhecer melhor. Viver próximo a um museu é algo especial, porque posso saber ainda mais sobre o que já sei" (Criança, 12 anos, colégio Julio C. Tello).

"Sim, meu filho gostou bastante. Falava disso o tempo todo, inclusive teve uma exposição na escola e ele nem precisou estudar, porque já havia assimilado os conhecimentos." (Mãe, 44 anos, colégio Coprodeli).

"Os alunos agora nos pedem para visitar mais museus" (Diretora/Professora, 50 anos, colégio Alma Mater).

Os resultados obtidos com o estudo de impacto das oficinas serviram para conhecer o efeito do nosso trabalho na comunidade e são um incentivo positivo para a equipe. Esperamos, no futuro, por meio de uma próxima publicação dos resultados finais e do material educativo utilizado nas oficinas, poder alcançar um público mais amplo.

Educação museal, olhando para o futuro

A pandemia foi o motor que impulsionou várias iniciativas digitais e interativas que não existiam antes da quarentena imposta pelo governo peruano. A necessidade de utilizar a tecnologia para chegar ao nosso público não somente nos permitiu abrir caminhos antes inexplorados, como também nos proporcionou a oportunidade de desenvolver novos aspectos dos serviços educativos do museu.

Durante a pandemia, a equipe que cuida das coleções do museu (MACO) trabalhou para melhorar a qualidade da informação associada às nossas coleções, para poder publicar informação valiosa e acessível. Por outro lado, estamos redesenhando o site do museu, com links específicos para docentes e pais, com ênfase no material e serviços educativos. Além disso, a sistematização da área educacional e a criação de um formulário no novo site permitirão que tenhamos uma base de dados dos docentes colaboradores e de outras pessoas interessadas, a quem poderemos enviar materiais e informações de forma direta por email.

As conexões estabelecidas por mensagens digitais e videochamadas possibilitaram uma real articulação entre as escolas, a comunidade e o patrimônio representado pelo museu e pelo Ministério da Cultura. Esta nova possibilidade de nos conectarmos diretamente com nosso público local permite abrir o diálogo e o intercâmbio, para que o museu desenvolva materiais de acordo com as necessidades de nossos usuários. Porém, precisamos lembrar que o digital jamais substituirá a experiência presencial, por isto continuaremos trabalhando com a comunidade de maneira especial logo que for possível, a depender do desenrolar da pandemia.

Um comentário interessante que recebemos de uma das professoras com quem coordenamos algumas atividades foi que, antes da pandemia e no seu início, acreditávamos que os estudantes teriam sérias limitações para acessar nosso material se o apresentássemos de maneira digital. No entanto, os estudantes, suas famílias e nossa comunidade demonstraram que, apesar dos obstáculos, puderam se conectar conosco por meio da internet de seus celulares. A comunidade local enfrenta desafios quanto ao acesso permanente a uma plataforma digital de comunicação, portanto, é importante que sigamos elaborando um material que todos possam acessar, evitando com isso acentuar a desigualdade digital.

Por fim, gostaríamos de voltar a insistir no papel educacional dos museus, e em como, por meio do esforço coletivo entre professores e a equipe multidisciplinar do Museu Pachacamac, pudemos contribuir para uma educação melhor para todos, elaborando estratégias para fomentar em nossas crianças e jovens o interesse pela pesquisa, a experimentação e o respeito às diferenças, com base na preservação do patrimônio, pedra angular de nossa identidade.

Referências

Guía para maestros. *Descubriendo el Santuario de Pachacamac*. Ministerio de Cultura, 2013

LLOSA Patricia, CORTEGANA Rodolfo e UCEDA Carmen Rosa. *Pachacamac hoy: El Nuevo Museo*. In: Pachacamac el oráculo en el horizonte marino del sol poniente (pg: 302-309). Lima: Colección Arte y Tesoros del Perú,. Banco de Crédito del Perú, 2017.

ORDINOLA, M., e ESPEJO, C. *Evaluación del Proyecto "Pachacamac: Descubriendo mi Museo"*. Informe Final.MS, 2019.

PASTOR HOMS, I. *La pedagogía museística antes los retos de una sociedad en cambio. Fundamentos teóricos-prácticos*. AAABADOM, enero – junio 2002.

Plan de Manejo del Santuario Arqueológico de Pachacamac. *Resumen ejecutivo*. UNESCO-Representación en Perú, Plan COPESCO Nacional-MINCETUR, Ministerio de Cultura, Perú, 2012.

POZZI-ESCOT, Denise, Carmen Rosa UCEDA. *Museo Pachacamac, gestión hacia el futuro*. In: Temas Globales en Museos y Colecciones Universitarias, Diagnóstico y Gestión de Museos (pg: 138-141). UMAC-ICOM;ICOM Perú; ICOM. Lima: Ed. Luis Repetto Málaga. Ministerio de Cultura del Perú, 2018.

Proyecto: Talleres de cultivos prehispánicos en el santuario arqueológico de Pachacamac. Programa de Desarrollo Cultural del Centro cultural del Banco Interamericano de Desarrollo. Boletín Informativo N°121-2011. Asociación Educativa Cultural Perú Siglo XXI - Museo de sitio Pachacamac, 2011.

Agradecimentos

Institución Educativa Nacional 6100 Santa María Reyna - Pachacamac
Institución Educativa Nacional 6023 Julio César Tello Rojas - Lurín
Institución Educativa Nacional 7098 Rodrigo Lara Bonilla - Lurín
Institución Educativa Particular Alma Mater - Lurín
Institución Educativa COPRODELI Cristo Salvador - Lurín
Institución Educativa Particular Enrique Camino Brent - Lurín
Institución Educativa Particular Julio César Tello Oasis - Villa El Salvador
Institución Educativa Particular San Pedro Santísima Trinidad - Lurín
Institución Educativa Particular Reyna de los Ángeles - Lurín

Notas da tradutora:

1 Entre 1980 e 2000, após o fim da ditadura militar no Peru, inúmeros conflitos foram travados entre as forças do Estado e grupos guerrilheiros socialistas e comunistas, como o Sendero Luminoso e o Movimiento Revolucionario Túpac Amaru. Dados oficiais registram cerca de 70.000 assassinatos de policiais, guerrilheiros, militares e civis durante o período.

2 *Apus* são deidades-montanhas ou os espíritos sagrados das montanhas, para os Incas.

3 Equivalência com o sistema de ensino brasileiro.

4 Habilidades transferíveis são qualidades gerais, não específicas a uma profissão, que estão relacionadas com capacidades socioemocionais, como assertividade, pensamento crítico, aptidão para trabalhar em equipe, dentre outras.

Educação Museal: gestão, financiamento e reconhecimento da função educativa dos museus

Magaly Cabral dos Santos*

If you wish your schools of science and art to be effective, your health, the air, and your food to be wholesome, your life to be long, your manufactures to improve, your trade to increase, and your people to be civilized, you must have museums of science and art, to illustrate the principles of life, health, nature, science, art and beauty. (Sir Henry Cole[1], apud Melo, Isabel Margarida, apud Roberts, 1997: 122)

Se você deseja que suas escolas de ciência e arte sejam efetivas, sua saúde, o ar, e seu alimento ser saudável, sua vida ser longa, suas fábricas melhorarem, seu comércio aumentar, e seu povo ser civilizado, você deve ter museus de ciência e arte, para ilustrar os princípios de vida, saúde, natureza, ciência, arte e beleza.
(tradução livre)

Introdução

Agradeço aos organizadores desta publicação por terem me convidado para participar com estas reflexões, que estarão principalmente baseadas nos meus muitos anos de trabalho (40 anos)[2] na área de museus, em especial na área da Educação Museal. Reflexões que "podem desencadear sensações proustianas de busca surpreendente por tempos que estavam perdidos", parafraseando o antropólogo Hermano Vianna, em texto publicado no Segundo Caderno d'O Globo, no último domingo, 4 de outubro, falando de canções de seu irmão Herbert Vianna. Reflexões que vão apontar erros e acertos, a busca por fazer o melhor, mas sempre acreditando na educação.

Tendo começado em 1977 na antiga Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), depois Superintendência de Museus da Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ), em 1979 fui apresentada ao Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultural (CECA) do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Oriunda do magistério, de sala de aula de escolas públicas, sempre preocupada em levar meus alunos em visitas a museus, naquele ano não tive dúvidas do caminho a seguir: transferi-me da Faculdade de Comunicação para a de Pedagogia. A Faculdade de Museologia veio logo depois, e será assunto a ser tratado mais adiante.

* Pedagoga, Museóloga, Mestre em Educação.

2 – O Museu

O Museu é uma instituição cultural que transmite a herança da arte, da ciência, da história, enfim, da cultura, mas colocando essa herança no contexto da sociedade de hoje. O Museu pode possibilitar que a grande diversidade cultural seja revelada e, com isso, ser uma plataforma para um diálogo que restaure as relações humanas.

Os públicos que o Museu acolhe não são simples usuários ou clientes. São SUJEITOS-AGENTES-ATORES. São sujeitos histórico-sociais que produzem e vivem na cultura.

Enquanto um visitante de Museu tem o prazer e o entretenimento de visitar uma exposição, situações de aprendizagem acontecem. Mas também, se estimulado, as situações serão múltiplas, diversificadas e interessantes. O museu pode, assim, ser um local para aprendizagem autônoma ou orientada, pode encorajar investigação e análise crítica, e, assim, ser empoderador. A essência da democratização no interior do Museu consiste em promover encontros e debates.

O papel educacional do Museu é crucial, em qualquer tipo de museu. A Educação Museal deve ser vista no contexto de que o Museu é uma organização cultural dentro de uma estrutura contraditória e socialmente desigual e, consequentemente, tem uma mais ampla responsabilidade social. Com isso, o papel educacional do Museu tornou-se parte das políticas culturais.

3 – Começando pelo fim: o reconhecimento da função educativa dos museus

Começando pelo fim: o reconhecimento da função educativa dos museus é indiscutível? A função educativa dos museus é sempre valorizada?

"Os museus sempre tiveram uma interface educacional", diz que é possível afirmar a educadora museal e pesquisadora Luciana Conrado Martins, em sua tese de doutorado. Isso porque, diz ela, "são instituições intrinsecamente ligadas à coleta, ao estudo e à divulgação de coleções."

A portuguesa Isabel Margarida Melo, em sua dissertação de mestrado (2009, p.33), diz que "a educação museal, por muito que o conceito se tenha reformulado ao longo dos séculos, é uma dessas linhas de força[3] que caracterizam a própria natureza do *ser* e *fazer* museológico."

Segundo Martins, para pensar a história dos museus do ponto de vista da educação, deve-se observar a relação dessa instituição com os seus públicos ao longo do tempo: uma relação dinâmica em que o museu muda segundo o que cada época e cada sociedade entendem como educação, como museu e como público.

Não se pretende tratar, aqui, da história da Educação Museal ao longo dos séculos. Os interessados podem obter tais informações no volume 1 (História da Educação Museal no Brasil & Prática político-pedagógica museal) desta série – Educação Museal: conceitos, história e políticas –, nos artigos de Andréa Costa e Guaracira Gouvêa e de Maria Esther Alvares Valente, no Anais do Museu Histórico Nacional, vol. 52[4], em Martins (2011). Nesse sentido, é comum que seja citada a criação do primeiro museu público do mundo, em 1683, o Ashmole Museum, na Inglaterra, ou do Musée du Louvre, na França, em 1793, sendo esta a primeira instituição que permitia o acesso da população em geral às obras de arte colecionadas pela nobreza deposta pela Revolução Francesa de 1789.

Não é, portanto, de se estranhar, que o Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus, e que reúne mais de 27.000 membros de 150 países, desde sua fundação, em 1946, inclua a Educação na sua definição:

> Um estabelecimento permanente sem fins lucrativos, com vistas a coletar, conservar, estudar, explorar de várias maneiras e, basicamente exibir para educação e lazer de valor cultural. (1946)

Os anos passam, a sociedade muda, e a definição também:

> Um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exibe, para o estudo, a educação e o entendimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente. (1974)
>
> Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (2001)

> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu entorno com o propósito de educação, estudo e lazer. (2007)

Em 2016, o ICOM propôs uma nova definição para Museu e foi formada uma comissão para apresentar a proposta em 2019, na Conferência Geral, em Quioto, no Japão. A proposta apresentada, após a participação de diversos membros do ICOM, foi a seguinte:

> Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos para um diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles guardam artefatos e espécimes para a sociedade, salvaguardam diversas memórias para as futuras gerações e garantem direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todos os povos.
>
> Os museus não são lucrativos. Eles são participativos e transparentes, e trabalham em colaboração ativa com e para várias comunidades, a fim de coletar, preservar, investigar, interpretar, expor e expandir os entendimentos do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e justiça social, para igualdade mundial e bem-estar planetário.

UÉ!!!???? E a Educação no Museu????? O reconhecimento da função educativa do Museu não é indiscutível?

Por esta razão – a falta da menção à Educação na definição -, mas também por motivos outros, 70,41% dos membros presentes à Assembléia Geral Extraordinária em Quioto decidiram por adiar a nova definição de museu.[5]

Essa nova definição gerou a saída de diversos membros do Comitê. Em janeiro de 2020, o Conselho Executivo do ICOM apontou um novo Comitê para a Definição de Museu e decidiu estimular a participação de maior número de membros. A nova definição de Museu deverá ser votada em Junho de 2021. Até lá, prevalece a definição de 2007, e a função educativa do Museu está presente na sua definição.[6] Estranho é que se a definição que foi apresentada reconhece a importância da função social do Museu, teria que ter valorizado a sua natureza educativa.

Como bem lembrou o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) na Apresentação do Caderno da Política da Educação Museal, "(...) o amadurecimento dos museus e a crescente conscientização acerca da importância de sua função social têm se traduzido na valorização de sua natureza educativa (...)."

4 – Educação Museal: gestão e financiamento, entre erros e acertos

- **Financiamento**

Ao longo desses anos trabalhando em museus públicos, vivenciei diferentes situações. Desde atuando como Educadora Museal na FEMURJ, depois FUNARJ, até a direção dos Museus do Primeiro Reinado e Casa de Rui Barbosa, incluindo Superintendência de Museus da FUNARJ e Centro de Memória e Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa (sem deixar de estar atenta e junto à Educação Museal), não trabalhei com dotação orçamentária. As propostas eram apresentadas às direções superiores.

Ao assumir a direção do Museu da República, uma experiência totalmente diferente: o diretor do Museu é ordenador de despesa e o Museu possui dotação orçamentária. Além disso, o Museu tem diversos setores, incluindo o de Educação Museal. Cada setor tinha uma chefia que recebia uma gratificação simbólica, que mais tarde foi retirada. Registre-se que, mesmo assim, os profissionais do Museu continuaram respondendo pelas chefias do setor.

A prática adotada foi a de que cada setor apresentasse seu planejamento para o ano. A partir da decisão da chefia superior com relação ao valor do orçamento do Museu (sempre havia cortes), havia uma reunião em que se discutia e se negociava os cortes de cada setor, cada um defendendo seu planejamento, mas muitas vezes abrindo mão de alguma coisa para um outro setor.

- **Financiamento para ações educativas**

Tomando como base essa experiência como educadora museal e diretora de Museus, posso afirmar que não é fácil obter financiamento para ações educativas nos museus. Nesse sentido, os prêmios dedicados a projetos

educativos nos museus são muito importantes. Se não premiam com recursos financeiros, como o Ibermuseus de Educação[7], dão visibilidade aos projetos, como o Prêmio Darcy Ribeiro, do IBRAM, e o *Best Practice*, do CECA/ICOM[8], publicando-os e permitindo que qualifiquem os serviços educativos dos museus na obtenção de apoios e patrocínios.[9]

Felizmente, hoje, a Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal, prevê, em seu Artigo 4º, item III, dotação orçamentária para o setor de Educação Museal, assim como o Artigo 5º, Eixo I – Gestão, item III, incentiva mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações educativas museais, **complementando sua dotação orçamentária permanente** (grifo meu).[10]

Cabe, agora, pois, aos diretores de museus que não o faziam, contemplar, de agora em diante, no planejamento anual do Museu, o Setor de Educação Museal ou a Educação Museal – quando não existe um setor estruturado –, com dotação orçamentária. Mas cabe também, e principalmente, aos educadores museais, a cobrança do cumprimento desta diretriz.

- **Gestão**

A prática adotada no Museu da República, anteriormente mencionada, era uma prática de gestão administrativa.

De acordo com a publicação Conceitos Chaves da Museologia, Gestão vem do latim *gerere*: encarregar-se de, administrar. Nela, "Gestão Museológica, ou administração de museus, é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu."

Mas não nos museus públicos brasileiros. O diretor do Museu, quando ordenador de despesa, é responsável por todas as atividades acima citadas, mas também pelas atividades ligadas às especificidades do museu –

preservação, pesquisa e comunicação. Tarefa árdua, que implica em muitos erros, mas também, felizmente, em acertos.

Tarefa árdua, na minha opinião, é a construção do Plano Museológico, nessas circunstâncias. Reuniões que tinham que ser desmarcadas por diversas razões. Refazer o Plano porque não se podia sonhar com um organograma mais completo, tendo que se ater à situação existente. Tendo o processo de construção do Plano Museológico do Museu da República se iniciado em 2010, a duras penas, antes de deixar a direção do Museu, em 2017, conseguimos enviar o Plano Museológico para aprovação pelas chefias superiores.

- **Gestão na Educação Museal**

No Plano Museológico de um Museu deve constar o Programa Educativo e Cultural. No do Museu da República estava presente, mas havia mais a ser feito, conforme nos indica o Caderno da Política Nacional de Museus (PNEM)[11] e conforme eu mesma preconizava nas Oficinas de Educação em Museus que ministrava, partindo, antes mesmo da proposição sobre Plano Museológico[12] pelo Departamento de Museus do IPHAN (DEMU), depois Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), das orientações contidas nas publicações da Fundação Vitae com a Editora da Universidade de São Paulo.[13] O Programa Educativo e Cultural, a partir de sua inserção no Plano Museológico, tem muitos desdobramentos e, principalmente, converter o Programa num Plano de Trabalho que especifique metas, cronograma e recursos necessários (humanos e financeiros) para os projetos educativos a curto, médio e longo prazos.

Importante haver realismo ao planejar os projetos educativos, assim como avaliar sistematicamente a qualidade dos projetos, que devem estar em consonância com as teorias e conceitos sobre educação com os quais o Setor de Educação Museal opera.

Nesse sentido, é fundamental estabelecer a Política Educacional – declaração de princípios endossada pela direção do Museu e que orienta o desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural – e a Missão Educativa do Museu.[14]

A definição da Política Educacional e da Missão Educativa e o Programa Educativo e Cultural são fundamentais no sentido de colocar o setor

de Educação Museal na posição em que merece no Museu, uma vez que muitas vezes o setor é considerado, não só pela direção, mas também por colegas, como um setor menor, um setor que pura e simplesmente atende às escolas, o que não seria nada demais, pois tem sua grande importância. Mas o setor de Educação Museal é muito mais.

Essa questão de se ver o setor como menor está relacionada à questão de autoridade existente no Museu. Questão de autoridade relacionada às dinâmicas de poder e políticas de representação no Museu[15], mas também questão de autoridade nas relações internas no Museu. Muitas vezes, a direção e profissionais do Museu se dizem a favor de um entendimento do Museu como espaço aberto a discussões, à diversidade, deixando de ser um templo incontestável, para ser um fórum, mas a autoridade do museólogo, do pesquisador se sobrepõe à do educador.

Abro um parêntese aqui para falar da minha formação em Museologia, conforme enunciei no início deste texto. Professora, formada em Pedagogia, atuando na área da Educação Museal, constantemente ouvi que não era museóloga e que, portanto, não poderia dar sugestões, mesmo estando em contato permanente com o público – para quem, afinal, o Museu abre suas portas –, registrando seus questionamentos, seus desejos. A profissão de Museólogo foi reconhecida, mas os colegas da área da Educação Museal não eram reconhecidos, apesar do Art. 3°, item II da Lei que dispõe sobre a regulamentação da profissão afirmar que a ação educativa faz parte das atribuições do museólogo. Resolvi então fazer a Faculdade de Museologia. Não me arrependi, acho que foi um ganho muito grande, aliar a Pedagogia à Museologia, embora não ache necessário ao educador museal fazer o curso de Museologia. Acho, sim, que deve haver uma pós-graduação em Educação Museal, com uma carga horária dedicada ao entendimento da instituição Museu. Assim como deve o museólogo que se interesse pela Educação Museal fazer tal curso, pois o curso de Museologia não o prepara para o exercício da educação no museu. E foi o Mestrado em Educação que ampliou minhas reflexões sobre a Educação Museal.

Voltando à questão da autoridade no Museu: é fundamental a participação do educador museal na formulação das exposições do Museu, participando em igual posição como o museólogo, o pesquisador, ou quais os profissionais nela envolvidos. Esse foi um dos acertos na gestão do Museu da República. Mas muitas vezes ouvi que isso acontecia porque eu sou uma Educadora

Museal. Pode ser, mas como sou paulofreiriana e, portanto, acredito no diálogo, essa seria uma postura natural.

Ainda na questão gestão e Educação Museal, gostaria de mencionar termos criado no Museu da República um setor de Pesquisa e dele fazer parte um educador museal. Atividade da qual um educador museal não deve abrir mão.

Para encerrar, gostaria de enfatizar que a definição da Política Educacional e a construção do Programa Educativo e Cultural, se estabelecidas também com o apoio dos demais setores do Museu, e aprovadas e endossadas pela direção do Museu, fazem com que a Política e o Programa sejam fortes instrumentos de atuação da Educação Museal. Inclusive, no sentido de que o setor de Educação Museal seja visto e respeitado com a devida atenção que merece.

5 – Conclusão

> (...) Portanto, para que a Museologia seja aplicada com o objetivo de atingir, por meio da interpretação e do uso do patrimônio cultural, o desenvolvimento social e o exercício da cidadania, é necessário que seja aplicada com competência formal e política, ou seja, é necessário desenvolver sua face educativa." (Santos, 2008: 136)

A museóloga e educadora Maria Célia Santos defende que o Olhar Museológico é um processo educativo e de comunicação. Ela associa o termo "processo"[16] às ações de musealização, o que permite atribuir as dimensões social e educativa à Museologia. Para Santos, compreender a ação museológica como ação educativa significa caracterizá-la como ação de comunicação. O processo museológico é ação educativa e de comunicação. As ações de pesquisa, preservação e comunicação, que caracterizam o tripé do fazer museológico, são e devem ser educativas. Ela define, então, o fato museal[17] como a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação *objetivando a construção de uma nova prática social*. (grifo da autora; 2008, p.137)

Recentemente (setembro/2020)[18], Maria Célia nos trouxe uma nova reflexão, com a qual concordo plenamente, como museóloga e educadora, sobre as ações museológicas como ações educativas e de comunicação.

A autora anunciou que, construindo a conversa que teria, decidiu fazer uma "insubordinação museológica": as ações museológicas seriam vistas com um outro olhar. Não seriam vistas como o tripé tradicional, clássico – pesquisa, preservação e comunicação -, mas iria buscar a ação museológica na condição de processos museais orgânicos complexos, incluindo também a **gestão** como ação museológica, entendendo todas as ações - **gestão museológica**, pesquisa, preservação, expografia, ação sociocultural e educativa como ações de educação e de comunicação. Todas, entendidas como **ações dialógicas**.

Nesse sentido, Maria Célia apresentou o quadro abaixo:

Figura 1. Slide. Fonte: SANTOS, Maria Célia T de M. Palestra online intitulada "Paulo Freire, a docência em Museologia e os Museus: um caminhar de descobertas, aprendizagem e amorosidade", na Sociomuseologia ULHT e Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural", MusaTemas 26.

Em seguida, coroando essas reflexões, ela traz um novo entendimento sobre Museu e Fato Museal:

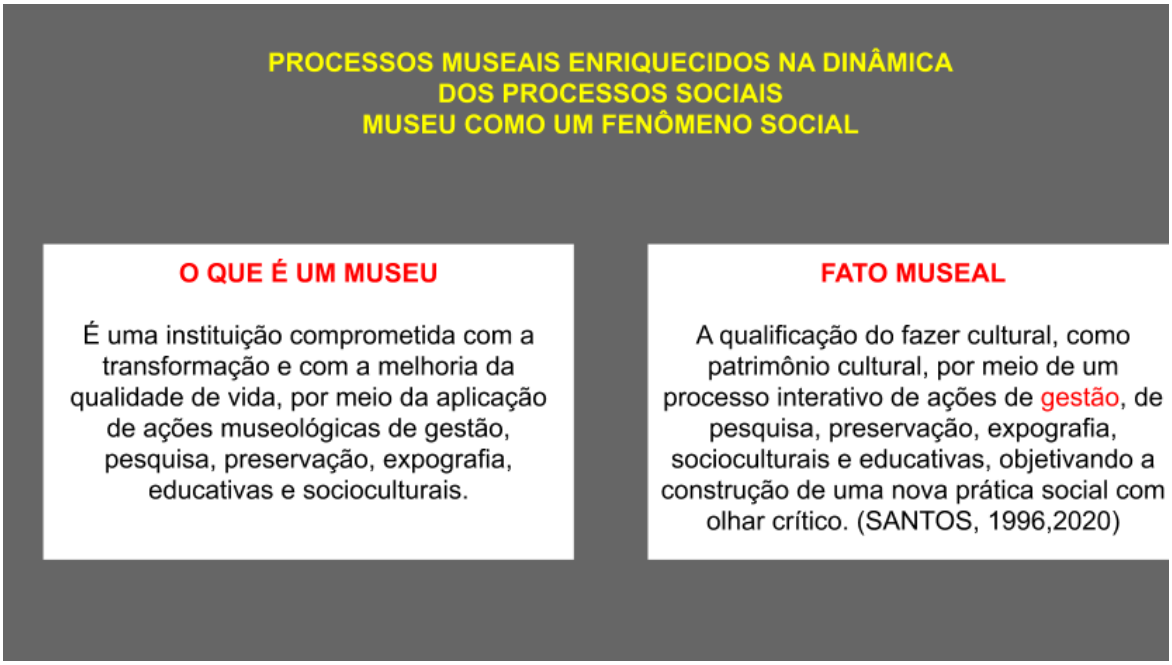


Figura 2. Slide. Fonte: SANTOS, Maria Célia T de M. Palestra online intitulada "Paulo Freire, a docência em Museologia e os Museus: um caminhar de descobertas, aprendizagem e amorosidade", na Sociomuseologia ULHT e Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural", MusaTemas 26.

Assino embaixo. E espero que direções de Museus reflitam sobre o que Maria Célia nos traz, assim como os Educadores Museais, compreendendo e enfatizando a ação sociocultural e educativa como uma ação museológica.

Notas

1 Inglês. Foi, entre outras atividades, Conselheiro-chefe do Príncipe Albert para a Grande Exposição de 1851, o que deu origem ao Museu das Manufaturas, em 1852, depois Museu South Kensington (hoje Victoria and Albert Museum, Londres), que dirigiu, e ainda um novo Departamento do Governo para educação em arte e ciência.

2 Em junho de 2017, ao completar 10 anos na direção do Museu da República, pedi minha exoneração. A saída acabou se dando em março de 2018. Não sendo funcionária, e mesmo que fosse, pela idade não poderia permanecer no Museu. Bem que gostaria, só me dedicando à Educação Museal.

3 Segundo a autora, na história dos museus, lida no tempo e no espaço, pode-se encontrar linhas de força de intensidade variável mas que, no tempo longo, se assumem como permanências.

4 Ver em http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn

5 Sugiro a leitura do artigo da portuguesa Ana Carvalho "Em Torno da Definição de Museu do ICOM: Lições a partir de Quioto", em https://www.researchgate.net/publication/337562722

6 Para maiores informações, consultar *Museum Definition* na página do ICOM: www.icom.museum.org.

7 O Museu da República recebeu o 1° lugar do V Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus – Categoria 1, em 2014, com o Projeto "Educação e Trabalho: Uma Ação de Cidadania", desenvolvido com alunos da EJA. Com a quantia recebida pôde ampliar o projeto no ano seguinte. Ver Caderno da PNEM, pag. 45.

8 O mesmo Projeto foi selecionado entre os cinco primeiros colocados do prêmio Best Practice CECA-ICOM, em 2015.

9 Ou mesmo das autori dades superiores. Com os prêmios acima citados, conseguiu-se autorização para um pequeno aumento no valor pago à firma de segurança, passando-se a abrir o Museu à noite toda última terça-feira do mês, para atendimento aos alunos da EJA. E, claro, a outros visitantes.

10 Ver Caderno da PNEM, pag. 128.

11 Pag. 46. Eixo 1 – Gestão; Diretrizes 1 e 2.

12 A ferramenta de gestão foi instituída pela Lei n° 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, no qual é reiterada no seu escopo a importância do Plano Museológico, bem como a competência do Ibram em subsidiar tecnicamente os museus, nesse processo.

13 (Série Museologia, 3); Gestão Museológica: desafios e práticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia, 7); Plano Diretor. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia, 1).

14 Caderno da PNEM, p. 95.

15 Sugiro a leitura do texto "Questões de autoridade e educação em museus", de Alice Semedo, publicado nos Anais do III SINPEM.

16 Compreendido, assim como na educação, como ação que se transforma, resultado da ação e reflexão dos sujeitos sociais em determinado contexto, modificado e adaptado em interação, contribuindo para a construção e reconstrução do mundo

17 Waldisa Rússio Guarnieri, museóloga, definiu a Museologia como a ciência do fato museológico, a relação profunda entre o HOMEM – sujeito que conhece – e o OBJETO – parte da REALIDADE à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir; relação que se processa num cenário institucionalizado, o MUSEU. Para conhecer o pensamento dessa importante museóloga, ver BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. V.1 e 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

18 Palestra online intitulada "Paulo Freire, a docência em Museologia e os Museus: um caminhar de descobertas, aprendizagem e amorosidade", na Sociomuseologia ULHT e Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural", MusaTemas 26, no âmbito das Jornadas Européias do Patrimônio 2020, organizadas pela Direção Geral do Patrimônio Cultural sob o tema "Patrimônio e Educação", homenagem e celebração ao educador Paulo Freire, que em setembro/2020 completaria 99 anos. Acesso: https://www.facebook.com/162830547118351/videos/339593817254918.

Referências

Caderno da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Brasília, DF: IBRAM, 2018.

Carvalho, Ana. "Em Torno da Definição de Museu do ICOM: Lições a partir de Quioto", em https://www.researchgate.net/publication/337562722

CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa (orgs.). Educação Museal: conceitos, história e políticas. Volume 1 – História da Educação Museal no Brasil & Prática político-pedagógica museal. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. "Gestão de museus: modo de usar". In: GUIMARAENS, Cêça; RANGEL, Vera, BERTOTTO, Márcia (orgs.). Museologia Social e Cultura. Rio de Janeiro: Rio Books, Faperj, 2015. p. 15-33.

Educação em Museus. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia, 3)

Guarnieri, Waldisa Rússio. Gestão Museológica: desafios e práticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia, 7)

MARTINS, Luciana Conrado. A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plástica, ciências humanas e ciência e tecnologia. Tese Doutorado – FE. USP, 2011.

Plano Diretor. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia, 1).

Santos, Maria Célia T.M. Museu e Educação: conceitos e métodos. In: Encontros Museológicos – Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008, p, 125-146.

Semedo, Alice. Questões de autoridade e educação em museus. In: Magalhães, Ana Gonçalves (org.). Anais do 3° Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia (III SINPEM) – O futuro dos museus, os museus do futuro. São Paulo: MAC/USP, 2019.

SAYÃO, Luís Fernando. Afinal, o que é Biblioteca digital? In: **Revista USP.** São Paulo, N°80, P.6-9, Dezembro/Fevereiro, 2008-2009.

SAYÃO, Luís Fernando. Bibliotecas digitais e suas Utopias. In: **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 2-36, ago. /set. 2008.

Fonte da Internet

BOLETIM da República. Política de Museus, Conselho de Ministros, Resolução Nº 11/2010, de 02 de Julho. EXTRAÍDO de: Wikpédia, a definição da comunidade virtual, 28 de Julho de 2020, as 23h.

RIBEIRO, José Alberto. Síntese da nova definição de museu discutida em Kyoto-japão, Página de facebook, 2019.

A QUESTÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Educadores Museais: relações entre a formação e a profissionalização

Marielle Costa*

As discussões relativas a quaisquer aspectos da educação museal em geral começam com a retomada do conceito, o anseio por uma definição ou mesmo por um apontamento de que a educação museal não seja sustentável como conceito.

Educação é sempre educação e traz em si o propósito de possibilitar aprendizagem, construir conhecimentos, promover o desenvolvimento dos indivíduos e instrumentalizá-los para a vida em sociedade, para a evolução de princípios éticos. Processo, diálogo, empatia, troca, receptividade e escuta: esses são aspectos e recursos comuns a todos os processos efetivamente educativos.

Assim, em toda modalidade de educação, são os elementos externos a esses aspectos essenciais que geram sua especificidade: o contexto, as circunstâncias, os referenciais teóricos e as dimensões políticas subjacentes às práticas.

No caso da educação museal, não se pode considerar, por exemplo, que o fato de suas ações se realizarem no museu, em relação ao museu ou ao patrimônio musealizado, ou ainda, na relação entre museus e outras instituições, seja o seu único aspecto definidor. Suas características temporais, os diversos campos de conhecimento que agrega, suas metodologias e seu impacto político são igualmente peculiares à modalidade.

Esse caráter singular acarreta a necessidade de que aqueles que realizam educação museal estejam aptos a fazê-lo, tanto no que concerne à sua formação quanto à suas condições de trabalho de que dispõem.

Na análise da formação de educadores museais, a graduação em licenciaturas em ciências humanas é recorrente – notadamente os cursos de História, Artes Visuais, Pedagogia e Letras –, conforme revela a pesquisa Perfil dos

---

* Licenciada em Artes Visuais (2009). Servidora do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, desde 2018 é chefe da Divisão de Educação da Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE, área responsável pelas ações referentes à Política Nacional de Educação Museal e pela plataforma de difusão de conhecimento Saber Museu, além do assessoramento técnico aos setores educativos dos museus geridos pelo Ibram.

Profissionais de Educação Museal realizada pelo Programa de Produção de Dados em Educação Museal do Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional / Ibram, CPAI - Comuse/ Ibram, SECEC RJ e SECEC SP, dirigida aos museus geridos pelo Instituto Brasileiro de Museus, e aos museus dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em grande parte das situações, os educadores começam a realizar sua atividade sem ter uma relação objetiva com o museu ou com assuntos que perpassam a museologia como área do conhecimento. É certo que a amplitude temática abrigada por um museu explica em parte a receptividade da instituição a pessoas que, em princípio, têm interesse pelas atividades e produções humanas. Deve haver também a compreensão de que as licenciaturas geram recursos para aqueles aspectos essenciais da prática educativa; tudo o mais poderia, em tese, ser agregado com o tempo. Mas é preciso lembrar que os currículos das licenciaturas focalizam majoritariamente a educação formal, referenciando quase sempre as condições e propósitos escolares.

Há, de fato, convergências: assim como na educação formal, os educadores museais ocupam-se de várias etapas do processo educativo que são menos evidentes do que as visitas mediadas ou as aulas: o diagnóstico, a pesquisa, o planejamento de ações, o registro dessas ações e a sua avaliação. A sistematização como parte integrante da modalidade é um fator que eventualmente suscita questionamentos quanto à caracterização da educação museal como modalidade de educação não formal[1]. Mas há uma série de traços que não apenas distinguem a educação museal, como exigem do educador o desenvolvimento de habilidades muito peculiares à prática.

Primeiramente, é importante considerar o seu caráter episódico: as ações educativas em museus são elaboradas tendo em conta que seus objetivos de aprendizagem e proposições deverão se realizar em uma ocasião. Em geral a limitação de tempo impõe abordagens de cunho mais generalistas – embora as ações sejam muito diversas quanto aos formatos, escopos e propósitos. A vinculação com o público é também, limitada por esse fator. O conhecimento das personalidades, preferências, crenças, referências culturais do público a que se dirige a ação, potencializa as aprendizagens em função das conexões interpessoais, como é possível observar nas escolas. Assim, o educador museal precisa ser alguém capaz de ativar códigos comuns a seu público num exíguo período de tempo. A educação museal é vivencial, e aprender a promover essa experiência educativa requer tempo de prática, mas também estudo para dar consistência ao trabalho. O

filósofo e pedagogo brasileiro Paulo Freire soube referenciar esse processo em relação à formação do professor, mas que se estende à atuação do educador museal:

> Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática. (Paulo Freire - A educação na cidade)

Um outro fator muito determinante do trabalho em educação museal é o patrimônio musealizado– aí incluídos o acervo e sua documentação, a edificação, as pesquisas e as ações dirigidas ao público. Esses elementos retratam vivências, memórias, cosmovisões e identidades humanas; são representativos de diversos campos do conhecimento, materializam posições políticas relativas à memória e ao patrimônio cultural. Estabelecem referências para o desenvolvimento de narrativas sobre essas vivências em seus aspectos subjetivos, históricos, políticos e sociais, mas também para o questionamento dessas narrativas. Afinal, o museu é agente de preservação da produção humana, emissor de discursos e adepto de abordagens e metodologias, por mais que eventualmente não se assuma nesta posição. Sabemos que tradicionalmente existe uma pretensão de neutralidade, cada vez mais contestada, como mostram os recentes protestos antirracistas nos quais foram destruídas homenagens diversas a indivíduos escravagistas eleitos personalidades importantes por narrativas sustentadas por muitas instituições museais. É comum que caiba aos educadores a atualização de discursos e narrativas, muitas vezes em contraposição ao que a expografia ilustra. É no diálogo proposto pelas ações educativas que muitas vezes a inevitável parcialidade é evidenciada, problematizada ou mesmo corroborada.

A proposta conceitual apresentada pelas educadoras e educador museal Andréa Costa, Fernanda Castro, Milene Chiovatto e Ozias Soares, no Caderno da Política Nacional de Educação Museal sintetiza essas atribuições e propósitos:

> A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das

> maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos.

Para a realização dessa tarefa, a diversidade da formação é, a princípio, uma força para educadores e museus. Afinal, serão sempre muito diversos os acervos e suas possibilidades de apresentação e interpretação; serão sempre diversos os públicos, tanto considerando os fatores que tradicionalmente usamos para caracterizá-los – faixas etária, econômica e instrucional, a presença ou ausência de deficiência, autoclassificação racial e de gênero, etc.- como considerando a pura e simples especificidade de cada pessoa que visita o museu; serão sempre muito diversos os diálogos e conexões a serem estabelecidos.

É difícil imaginar que numa formação seja possível prever e conter todas essas possibilidades, mas é muito importante que os educadores estejam adequadamente instrumentalizados para a realização de seu trabalho. Por outro lado, essa formação em processo, que vai se voltando para o museu em função da prática cotidiana muitas vezes não contempla as especificidades e necessidades impostas pelo trabalho na instituição. Essa situação frequentemente expõe educadores museais ao questionamento dos que não referendam a educação museal como conceito, e reivindicam a expressão *educação em museus*. Seriam então os cursos de museologia espaços ideais para a incorporar essa reflexão e preparar os seus estudantes para o reconhecimento da relevância e especificidade do trabalho de educadores museais. Os cursos de museologia têm tido certa hesitação quanto a essa reunião: muitos dos cursos não apresentam disciplinas obrigatórias sobre educação museal, e quando o fazem, em geral se valem das modalidades eletivas, optativas e externas. A mensagem que essa organização transmite ao profissional em formação é de que a educação não é um aspecto essencial aos trabalhos desenvolvidos nos museus. E essa mensagem vai sendo aos poucos replicada até chegar à gestão dos museus. São evidentes os benefícios da abordagem da educação museal em cursos de Museologia, não apenas para a formação de possíveis futuros educadores, mas também para o estímulo a uma percepção do museu

como ente educador. O propalado tripé da museologia no qual figuram a pesquisa, a preservação e a comunicação como funções básicas é a base de uma compreensão que pode relegar a função educativa (sim, entendo que se trata de uma função) a um papel secundário. O âmbito da formação dos museólogos brasileiros é fundamental para a dinamização e atualização de nossas instituições.

De outro lado, a produção teórica e prática no campo da educação museal é realizada não apenas por museólogos, mas também por especialistas provenientes de outros vários campos do conhecimento. Eventualmente ocorrem questionamentos da propriedade que essas pessoas teriam para dissertar sobre seu objeto de trabalho.

A formação é um requisito fundamental para a evolução da discussão sobre a regularização da profissão de educador museal. E aqui se impõe mais uma das dimensões políticas da educação museal: a necessidade, no Brasil, de que esteja respaldada por políticas públicas.

Começa com o estabelecimento da educação como umas das funções e finalidades do museu é fundamental para garantir a relevância e a essencialidade das ações educativas diante de gestores das instituições museais, assim como o validamento da reivindicação dos educadores museais pelo reconhecimento da sua profissão. É congruente com a posição de importantes entidades e instituições – como a Unesco, por exemplo -, e sobretudo, com a percepção da sociedade, muito generalizada, de que o museu é sim, uma instituição educativa.

O reconhecimento dessa realidade e a preocupação com a formação e profissionalização dos trabalhadores de museus vem sendo expressos na elaboração de políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Museus (2003), que prevê a criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, entendidos como campos específicos de atuação. Posteriormente o Instituto Brasileiro de Museaus – Ibram, criado para gerir a PNM passou então a criar instrumentos para a implementação da PNM, entre eles o Plano Nacional Setorial de Museus, que traz, entre suas propostas:

> (...) a formação e/ou qualificação de pessoal especializado para atuar na área educativa e de serviço sociocultural com vistas a garantir a efetividade de iniciativas voltadas para estreitar a relação do museu com as comunidades, em especial aquelas mais vulneráveis (Ibram – Plano Nacional Setorial de Museus, p.16)

Sete anos depois o Ibram institucionalizou um novo instrumento, sensível ao âmbito da educação museal: a Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Essa mobilização gerou 411 propostas e 355 destaques, que depois foram sistematizados. Em dois encontros nacionais, foram feitas as deliberações que geraram a configuração final da Política Nacional de Educação Museal- PNEM institucionalizada por meio da Portaria 422, de 30 de novembro de 2017 : 5 princípios e 19 diretrizes organizadas em três eixos: Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa; Museus e Sociedade.

O eixo Profissionais, Formação e Pesquisa estabelece entre seus objetivos:

> (...) promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo. (Ibram – Caderno da política Nacional de Educação museal, p.129)

São demonstrativos de que é pertinente à atuação do Ibram conhecer os processos de formação de educadores museais e colaborar para sua qualificação e democratização. Quando se trata de fundamentar as especificidades e necessidades do educador museal, a legitimação de um ente federal faz toda a diferença.

Nesse sentido vêm sendo desenvolvidas no Instituto ações no sentido de realizar a mencionada colaboração: o Programa Saber Museu, que promove difusão de conhecimento relevante para o desenvolvimento do setor museal e para o aprimoramento de sua gestão por meio de um conjunto variado de materiais instrucionais que abordam temáticas diversas, entre elas, a educação Museal; e o Repositório Museologia Digital, em construção, que tem como propósito organizar e difundir digitalmente os conteúdos produzidos por profissionais do campo, entre os quais, educadores museais, pesquisadores e interessados nesse campo de atuação política e profissional.

A legalização e legitimação de um ofício são definições políticas. Têm como lastro as organizações e articulações dos profissionais, que são muitas vezes mais decisivas para o seu reconhecimento do que a relevância social ou econômica da atividade. No campo da educação museal, essa realidade está ilustrada no processo de institucionalização da PNEM. Sua elaboração mobilizou educadores de museus em todas as regiões do país para a reflexão sobre sua prática e para o aporte à detecção das lacunas a serem superadas para o desenvolvimento dessa prática. O contexto estimulou a criação de novas Redes de Educadores em Museus, a exemplo da organização

que já atuava no Rio de Janeiro desde 2003. E toda a energia posta por essas mobilizações para que a Política Nacional de Educação Museal se tornasse uma realidade fortaleceu a atuação desses grupos e seus vínculos internos, de modo que hoje são a força principal das movimentações para a regularização da profissão de educador museal.

E quais as implicações da regularização de uma profissão? Segundo a Associação Nacional de História - Anpuh esclareceu em defesa da regulamentação da profissão de historiador, realizada em agosto do ano corrente:

> O que significa regulamentar? Significa definir legalmente os contornos do exercício profissional, significa fixar requisitos para que esse exercício se faça, significa precisar as competências e as habilidades que o profissional deve ter para exercer uma dada profissão, ou seja, regulamentar significa dar estatuto legal a uma profissão, significa o Estado reconhecer a sua existência e, portanto, significa dar uma identidade jurídica e pública ao exercício de uma dada profissão. Regulamentar, em síntese, significa passar a existir de fato e de direito como profissional.

Ou seja, a regulamentação permite a caracterização do trabalho, maior segurança ao trabalhador, mais justiça em relação à sua remuneração. Considerando que em museus e instituições culturais a precarização do trabalho do educador museal tem sido uma realidade cada vez frequente, seja pela fragilidade dos vínculos trabalhistas, pela remuneração desproporcional às responsabilidades inerentes ao trabalho ou pelo desvio de função imposto pela gestão da instituições, a regulamentação é um instrumento muito importante para a garantia da integridade do trabalho e do trabalhador. Mas ao avançar em direção à profissionalização, necessariamente temos que nos voltar à formação, já que a definição do trabalho implica na definição de todos os requisitos para desempenhá-lo.

Os educadores museais têm criado alternativas que permitam suprir sua necessidade de formação e capacitação de forma criativa e colaborativa, com apoio institucionais variados ou mesmo de forma totalmente independente. São exemplos muito frutíferos dessas iniciativas o Grupo de Estudos em Educação Museal da Rede de Educadores em Museus da Bahia, que reúne inclusive educadores de outros estados; o ciclo de debates online "Licenciaturas e Educação Museal: Diálogos possíveis", entre tantos outros que vêm sendo organizados; o Grupo de Estudos em Educação Museal do

Museu Histórico Nacional- MHN e as várias oficinas e capacitações que vêm sendo organizadas e realizadas pelo Núcleo de Educação do MHN, que extrapolam os interesses da instituição ao serem abertas a educadores de lugares e instituições diversas como participantes e como colaboradores.

Considerações finais

Eu desconfio que o que fundamento da construção da formação é a realidade concreta: a atuação dos educadores museais dentro dos museus, a mobilização dessa categoria de trabalhadores. A educação museal é uma abordagem específica, é um campo específico de atuação. Entre nós mesmos se anseia por respostas muito mais definidoras a respeito da a atuação dos educadores museais. Ao observar a realidade, vemos que esse é um campo específico, com suas peculiaridades e aspectos muito definidos e que em consequência demandam formação que contemple essas especificidades, que aporte conhecimento para a atuação nesse campo e que ampare a demanda de regularização da profissão.

Certamente existem múltiplas possibilidades de promoção da formação necessária, uma vez que esse setor vem se constituindo há quase um século no Brasil. Quando nos relacionamos com o arcabouço teórico que fundamenta o trabalho desenvolvido em educação museal, nos deparamos com a grande diversidade de campos do conhecimento que colaboram na sua tessitura epistemológica. A pedagogia, a museologia, as artes visuais, a educação patrimonial, a antropologia, a psicologia, a história entre vários outros campos, se fazem presentes em abordagens, metodologias e horizontes das práticas educativas realizadas nos museus e em relação a eles.

Se por um lado esse cenário denota a pluralidade das possibilidades de formação do educador museal, por outro poderia apontar também para a carência de uma base referencial própria, que se dedique à exploração dos desafios que se impõem na realização do trabalho cotidiano. De fato, esse corpo teórico vem se constituindo ao logo de vários anos, gerando e sendo alimentado por um grande número de pesquisas e estudos que se ocupam de aspectos diversos da educação museal. Isso não estabelece que dessa necessidade deva, necessariamente, derivar um curso de graduação; a constituição de um curso de graduação deve atender a uma combinação complexa de necessidades e potencialidades que extrapola o objeto da

reflexão aqui apresentada. Mas considerando que muitos dos educadores museais são egressos de cursos de licenciatura diversos, faz sentido ponderar sobre a abordagem da educação museal como uma modalidade educacional factível para os profissionais em formação.

Nota

1 A educação não formal é aquela que ocorre fora do sistema formal de ensino, sendo complementar a este. É um processo organizado, com objetivos de aprendizagem, mas cujos resultados não são, necessariamente, avaliados de maneira formal.

Referências

AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p. 53-62, 2002.

CASTRO, Fernanda S. R. (2019). A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, n° 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ, pp 90-114.

CHAGAS, Mário. Museus de ciências: assim é se lhe parece. In: *Caderno do Museu da Vida* - O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu 2001/2002,. Rio de Janeiro: Museu da Vida, 2002, pp. 46-59

COSTA, Andrea Fernandes. *A formação inicial e continuada de educadores museais: projeto em construção.* In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, n° 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ.

FAZENDA, I. *O que é interdisciplinaridade?*. São Paulo: Cortez. 2008.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler:* em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GRUZMAN, Carla e SOARES, Ozias. *O lugar da pesquisa na educação museal*: desafios, panorama e perspectivas. In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, nº 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília/DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: histórico, conceitos e práticas*. Curso a distância em elaboração.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Brasília/DF: IBRAM, 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos:* reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

REM-BR, CECA-BR. A *presença e a não presença do trabalhador da educação nos espaços museais*. Webnário. https://www.youtube.com/channel/UC-Mn768F3xGUarK9HuCFuow

Ciclo de debates Licenciaturas e Educação Museal: Diálogos possíveis https://www.youtube.com/channel/UCXCPiBL1ZD3LtczQbTr8iig

www.museus.gov.br

www.pnem.museus.gov.br

https://sabermuseu.museus.gov.br/

www.unesco.org

Mobilização na Pandemia de Covid-19: passos na luta pela profissionalização da Educação Museal no Brasil

Adriana Mortara Almeida[*]
Fernanda Maziero Junqueira[**]
Fernanda Santana Rabello de Castro[***]
Luciana Conrado Martins[****]
Mona Nascimento[*****]

Introdução

Este artigo, escrito de maneira colaborativa, assim como as ações por ele descritas, apresenta as ações de mobilização realizadas por educadores museais em consequência da Pandemia de Covid-19 e do fechamento dos museus para os visitantes. Essas ações foram de caráter emergencial, entretanto estão alinhadas à luta contínua de educadores museais pela profissionalização, na medida em que essa situação que resultou em casos de demissão de profissionais não é novidade.

A Educação Museal vem sendo exercida no Brasil por profissionais formados em diversas áreas do conhecimento há mais de 100 anos[1] e, mesmo assim, não há uma profissão registrada como "educador museal", nem parâmetros de carreira ou salário-base, além de que o conhecimento produzido nesse campo ainda carece de maior reconhecimento, apesar de avanços recentes[2]. É esse o contexto em que a Pandemia de Covid-19 provocou reações dos educadores museais na luta pelo reconhecimento dentro e fora das instituições museais e pela profissionalização da área.

---

* Professora adjunta da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

** Coordenadora do Setor Educativo do Museu de Arte da Pampulha e integrante da Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais de Minas Gerais - REM-MG.

*** Educadora museal no Museu Histórico Nacional/Ibram. Graduada em história, mestre e doutora em educação. Lidera o Grupo de Pesquisa "Educação Museal: conceitos, história e políticas. Professora Colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em História da UNIRIO.

**** Coordenadora da Seção Brasileira do Comitê para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-BR/ICOM). Diretora da Percebe (www.percebeeduca.com.br/). Coordenadora de pesquisa do projeto Tainacan (https://tainacan.org/).

***** Professora Substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Museóloga, Mestre em Educação. Especialista em Políticas e Gestão Cultural. Membro da Rede de Educadores em Museus da Bahia.

No texto a seguir, é narrada a mobilização desses profissionais frente ao fechamento dos museus após o início da pandemia de Covid-19

O contexto

No Brasil, os impactos da pandemia de Covid-19 no setor dos museus, especialmente da Educação Museal, foram imediatos. O fechamento da maioria dos espaços culturais resultou no cancelamento ou suspensão de projetos e contratos, demissões e reduções de jornadas e salários.

De acordo com o relatório final da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa do Observatório da Economia Criativa da Bahia, realizada entre os meses de março e julho de 2020 em todo o território nacional, 79,3% dos respondentes cancelaram entre 50% e 100% de suas atividades em abril, sendo que, em maio, esse percentual foi de 77,4% (CANEDO, NETO, 2020, p. 13). Apesar desta pesquisa tratar de todo o universo da economia criativa, os resultados ajudam a entender os impactos da pandemia sobre os museus e a Educação Museal.

Sabemos que a Educação Museal, assim como a área cultural como um todo, já vem sofrendo com relações de trabalho precarizadas, que são muitas vezes marcadas pela informalidade ou pelos contratos de prestação de serviço sem vínculos empregatícios. A pesquisa citada ressalta que, até o mês de março de 2020, 80,7% dos respondentes já não possuíam vínculo empregatício formal antes da Pandemia de Covid-19, mostrando que este problema não é recente (CANEDO, NETO, 2020, p. 13).

Com relações de trabalho frágeis, o fechamento das instituições fez com que muitos educadores ficassem sem trabalho. Esse cenário pode indicar o entendimento das instituições de que as ações educativas são dispensáveis em um contexto de não atendimento presencial do público, não sendo consideradas como uma função permanente e essencial dos museus.[3]

Destacamos que no período da Pandemia de Covid-19, bem como em outras situações em que museus permanecem de portas fechadas para o público (como no caso do Museu Nacional pós-incêndio, ou no processo da restauração do Museu Paulista), muitos setores e equipes educativas mantêm o trabalho com os públicos, inclusive, mas não exclusivamente, por meio de ações digitais.

Outra pesquisa relevante para entender o impacto da Pandemia de Covid-19 na área dos museus, foi realizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) com 1.600 profissionais, de museus de 107 países, durante os meses de abril e maio de 2020. Essa pesquisa aponta que o futuro de muitos museus está em risco, tendo em vista o cenário atual. Segundo a pesquisa, 94,7% das instituições participantes tiveram que fechar devido à pandemia, com incremento das atividades digitais durante o período de fechamento. Novamente aqui, a questão dos profissionais aparece como alarmante nos museus, visto que, 39,4% disseram que suas empresas no setor museal reduziram pessoal e 56% dos respondentes afirmaram que seus salários seriam reduzidos em função da crise. (ICOM, 2020, p.3)

O movimento de incremento das atividades digitais durante o período de fechamento dos museus, citado pelo informe dessa pesquisa, configurou-se em uma migração quase total da comunicação e ações educativas feitas com os públicos para o meio digital e online. Os educadores que restaram nas equipes dos museus passaram então a ter a demanda de produzir conteúdos para plataformas digitais de forma inédita e inteiramente nova para suas realidades, em alguns casos mediados por setores de comunicação social, divulgação e marketing.

Segundo dados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros – TIC Cultura de 2018[4], apenas 26% dos museus brasileiros possuem sites próprios na Internet, 30% aparecem em site de terceiros (ministérios, universidades, autarquias, secretarias de cultura, de turismo, etc.) e 48% possuem perfis em plataformas e redes sociais on-line. Esses dados apontam uma ainda baixa absorção do uso das tecnologias digitais pelas instituições museais e ressaltam as dificuldades que os profissionais da área têm para incorporar essas tecnologias no desenvolvimentos dos processos museais.

Foi com equipes cada vez mais reduzidas e esvaziadas, que os educadores dessas instituições precisaram se adaptar rapidamente ao grande aumento das atividades virtuais (que chegou a 50%, segundo dados da referida pesquisa do ICOM).

Ressalta-se que esse giro ao universo digital ocorreu sem que os profissionais tivessem acesso à formação específica prévia, muitas vezes tendo que buscar no próprio fazer das ações a experiência e os conhecimentos necessários para lidar com essa nova realidade.

A situação dos educadores museais na atualidade pode ser entendida como parte da precariedade das relações de trabalho no setor cultural. Devido à falta de vínculos empregatícios e à fragilidade das relações trabalhistas no setor, foi discutida e implementada, em nível federal e nas esferas estadual e municipal, em diferentes regiões do país, a criação de legislação emergencial de auxílio aos seus profissionais, a exemplo da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que ficou conhecida como Lei Aldir Blanc, em homenagem ao letrista e compositor brasileiro. Apesar de ter sido oficializada como função dos museus, por meio da Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017, pelo Instituto Brasileiro de Museus, a Educação Museal não é uma profissão reconhecida e regulamentada no Brasil, por meio de nenhum dispositivo legal ou administrativo, não constando, por exemplo, na Classificação Brasileira de Ocupações. Dessa forma, cada instituição cultural realiza, de acordo com os seus interesses próprios, a contratação de equipes educativas, criando cargos e funções, estabelecendo perfis de formação e sujeitando aos fluxos do mercado de trabalho os parâmetros remuneratórios na área.

Assim como no caso da mediação cultural, uma das ações desenvolvidas por grande parte dos educadores museais, a precariedade do trabalho dos profissionais da área torna essa prática, que deve ser reconhecida efetivamente como uma função dos museus, em uma profissão que mantém estreita relação com o mercado informal, como nos aponta Silva (2017):

> A mediação cultural enquanto profissão pode ser concebida e realizada de muitas formas, visto que não é regulamentada pelo MTE [Ministério do Trabalho e Emprego] e não consta da lista CBO [Classificação Brasileira de Ocupações]. Não possuindo essa regulamentação que o classifica e organiza, o trabalhador que realiza a mediação cultural se mantém, de certa maneira, no mercado de trabalho informal. (SILVA, 2017, p. 134)

Tendo em vista este cenário de semelhança com a informalidade, em que a vulnerabilidade e instabilidade demarcam as relações profissionais, a área perde força nas lutas por melhores condições trabalhistas e, em consequência disso, na sua consolidação como campo profissional.

Em entrevista concedida à Revista Select, o artista, crítico e pedagogo, Luis Camnitzer, ao ser questionado sobre o fato de grandes museus, frente à Pandemia de Covid-19, terem optado por demitir suas equipes educativas - a exemplo do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque -, ao invés de treiná-las para migrar atividades para o formato online, afirma que:

> Este é o momento de reconceitualizar a função dos museus e assumir a responsabilidade de que educar é mais importante do que colecionar. O que a maioria dos museus está tentando fazer é preservar o passado em um formato reduzido e com o mínimo de perdas possível, ao invés de enfrentar o desafio de uma situação sem precedentes em nossa memória, que nos oferece a oportunidade de olhar para essa nova realidade como um marco zero. O que o MoMA fez é reacionário, estúpido e cego, se tentarmos olhar para o futuro. É o momento de reeducar a equipe curatorial para assumir responsabilidades pedagógicas e ampliar sua equipe pedagógica, e não de apagá-la. É hora de redesenhar a comunicação com o público e deixar de ser a única organização centrípeta tradicional para ser igualmente centrífuga, com diálogos criativos de mão dupla. A missão de um museu não deve ser fazer com que o público conheça as obras que tem ou expõe, mas sim ajudar o público a ser um agente criativo, que ajude na construção de uma sociedade melhor. (CAMNITZER, 2020)

Entendemos que estamos, portanto, diante de uma situação já conhecida no que diz respeito à Educação Museal e seu reconhecimento enquanto um campo profissional. A Política Nacional de Educação Museal, construída de forma participativa por profissionais da área, em um longo processo liderado pelo Ibram, entre os anos de 2010 e 2017, já apontava para a preocupação, antiga no campo, de que a função educativa dos museus e seus profissionais devem ser reconhecidos como parte fundamental da existência museal.

A Pandemia de Covid-19 apenas tornou mais evidente a precariedade das relações de trabalho, a necessidade de reconhecimento da Educação Museal nas instituições e a sua profissionalização, que implicam em: (1) consolidação de oportunidades de formação específica; (2) valorização e manutenção de equipes permanentes de educadores e (3) destinação de recursos fixos para os setores, as equipes e o trabalho educativo museal.

Em meio a esse contexto por meio da sua própria organização e poder de mobilização, os profissionais da área aproveitaram-se da situação imposta pela Pandemia de Covid-19 e encamparam ações de luta, pesquisa, formação e debate sobre o atual cenário da Educação Museal no Brasil.

A parceria entre o grupo do Comitê para Educação e Ação Educativa do ICOM e a Rede de Educadores em Museus do Brasil para a mobilização dos profissionais

O CECA - Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (ICOM) é um dos 32 comitês internacionais por meio do qual profissionais de todo o mundo trocam experiências práticas e pesquisas no campo da Educação Museal[5]. O CECA-BR é um grupo criado em 1995, composto por membros do CECA-ICOM brasileiros, com o objetivo de promover debates e trocas entre esses profissionais. Desde 1996, o CECA-BR organizou textos coletivos para serem apresentados nas conferências anuais internacionais do CECA (ARRUDA, 2010, p.119). Nos últimos anos, o grupo tem atuado para a valorização dos educadores museais no país e também em interlocução com outros profissionais da América Latina.

A Rede de Educadores em Museus do Brasil surgiu em 2014, fundada durante uma reunião que foi parte da programação paralela do 6º Fórum Nacional de Museus, realizado em Belém do Pará.

A reunião contou com a participação de diversas REMs estaduais e emplacou uma dinâmica de debates e atuação por meio de redes sociais e aplicativos de comunicação, que promoveu uma articulação que foi determinante para o desenvolvimento e a definição da Política Nacional de Educação Museal, além de ter consolidado uma cultura de elaboração e atuação coletiva dos profissionais de Educação Museal.

> As REMs são, na maior parte, organizações voluntárias e informais. Há poucas exceções a essa regra, [...]. Surgiram pela vontade e necessidade de educadores museais articularem-se e realizarem atividades de formação, de troca de experiências, de debates sobre práticas e teorias e sobre assuntos pertinentes ao campo. São uma resposta da sociedade civil às lacunas que as políticas públicas do campo acumularam ao longo de quase um século de existência institucionalizada do trabalho educativo em museus no Brasil (PNEM, 2019).

Além da contribuição para a construção participativa da Pnem, os profissionais organizados pela Rem Brasil produziram notas, cartas, eventos, elaboraram parte do Caderno da Política Nacional de Educação Museal, textos para o site da Pnem e vêm promovendo importantes debates na área e protagonizando a relação com a sociedade civil e o poder público.

A mobilização da Educação Museal no contexto da Pandemia

Diante do cenário exposto e da trajetória e capacidade de articulação dos agentes da Educação Museal no Brasil, ocorreu a partir de abril de 2020 uma mobilização de profissionais da área, liderada pela Rem Brasil e o CECA BR, mas que contou com a atuação protagonista de dezenas de educadores, reunindo centenas desses profissionais em debates, grupos de trabalho e ações diversas.

Nesse contexto foram realizadas cinco reuniões online convocadas pela Rem Brasil e CECA BR, com o título "Educação Museal e a Pandemia de Covid-19", nos dias 17 de abril, 1º de maio, 18 de junho, 29 de julho e 10 de setembro de 2020. No total as reuniões permitiram a criação de uma lista de 615 contatos de profissionais da área e reuniram cerca de 40 voluntários na realização de ações organizadas por cinco grupos de trabalho:

- Grupo de Trabalho 1, para elaboração de uma Carta Aberta;
- Grupo de Trabalho 2 para elaboração de recomendações para Educação Museal no contexto da Pandemia de Covid-19;
- Grupo de Trabalho 3, para realização de ações de apoio a profissionais e de debate sobre sua organização profissional;
- Grupo de Trabalho 4, para organização de materiais e iniciativas formação sobre ações digitais e online e
- Grupo de Trabalho 5, que realizou uma pesquisa sobre a situação da Educação Museal na Pandemia de Covid-19.

Além das trocas, dos relatos e acompanhamento de demissões e dispensas de contratos de profissionais, as reuniões permitiram a organização em torno de ações conjuntas dentro da temática de cada Grupo de Trabalho.

O trabalho dos Grupo de Trabalhos 1 e 2 resultaram na publicação da Carta aberta aos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação Museal no Brasil, que apresentou uma contextualização da área e uma série de recomendações para profissionais, instituições e o poder público sobre a Educação Museal em tempos de pandemia.

O Grupo de Trabalho 3 discutiu a elaboração de leis emergenciais que protegessem e auxiliassem os profissionais da área, tendo encaminhado uma proposta a um vereador do município do Rio de Janeiro e feito o levantamento de legislação correlata em outras cidades e estados. Nesse

GT também se levantou a possibilidade de realização de uma "vaquinha online", como forma de arrecadação coletiva de recursos para profissionais demitidos ou em situação de desemprego durante a Pandemia de Covid-19, mas essa ação não chegou a ser efetivada. Entre as ações do GT 3 foi realizada também, no mês de julho de 2020, uma campanha voltada para a visibilização dos profissionais de museus, com a hashtag #PessoasEssenciaisdosMuseus, que contou com apoio do ICOM BR, com a participação de instituições e de profissionais.

Foi também no âmbito do GT 3 que foram realizados debates e propostas em torno da necessidade de criação de uma associação de profissionais da Educação Museal e de espaços culturais. Como fruto desse debate foi realizada uma pesquisa de interesse sobre a criação de uma associação, cujos resultados foram apresentados na reunião do dia 10 de setembro e estão disponíveis no grupo da Rem Brasil no Facebook.

O Grupo de Trabalho 4 teve como foco inicial a realização de ações de apoio aos educadores museais para o desenvolvimento de ações educativas na Internet. De maneira geral esperava-se que esse grupo pudesse sistematizar e produzir referências que auxiliassem os profissionais da área a desenvolver ações no contexto digital, dado o fechamento das instituições. Dessa forma, foram inicialmente pensadas quatro linhas de ações: webinários, podcast, manual e repositório online de referências sobre Educação Museal digital, que comporiam uma suíte de recursos para a Educação Museal no contexto digital.

A partir do mês de julho de 2020 iniciou-se o ciclo de webinários, que foram disponibilizados no canal do CECA-BR no Youtube. Foram realizados quatro webinários, tendo como tema os desafios da profissionalização do educador e o uso das ferramentas digitais e da Internet na Educação Museal. Constatou-se que, para o desenvolvimento do manual e dos podcasts seria necessário um maior aprofundamento do tema da Educação Museal digital/online, dado a recente incorporação dessas discussões no universo da Educação Museal. Dessa forma, optou-se em organizar um grupo de estudos sobre o assunto, que vem realizando encontros quinzenais[6]. Já o repositório online de referências sobre Educação Museal digital, foi incorporado dentro da ação de criação de um repositório de referências da museologia nacional (Museologia Digital), em organização pelo Instituto Brasileiro de Museus, que se encontra em desenvolvimento e que será apoiado pelo CECA-BR e pela REM Brasil, conforme apresentou-se em reunião realizada pelo Ibram no dia 30 de setembro de 2020.

O Grupo de Trabalho da Pesquisa (GT 5) se dedicou a analisar os dados coletados nas duas rodadas da pesquisa sobre a situação dos educadores museais durante a pandemia de Covid-19: a primeira rodada recebeu 213 respostas entre os dias 20 e 27 de abril e a segunda teve 59 respostas entre os dias 14 de maio e 15 de junho de 2020. A escuta por meio da pesquisa foi fundamental como fator de acolhimento para os profissionais e estagiários/bolsistas que se sentiam isolados e sem interlocutores.

A análise preliminar da primeira rodada trouxe alguns dados compartilhados em redes sociais e apresentados no evento internacional "Encuentro Regional "Áreas Educativas In-Ex/cluidas en sus museos. Reflexiones desde América Latina", organizado no dia 25 de junho de 2020, pela regional latino americana e caribenha do Comitê para Educação e Ação Cultural do ICOM (CECA-LAC), chamando atenção para demissões de educadores e também cobranças para realização de atividades educativas remotas sem equipamentos, materiais e formação necessários para tal. Alguns dos resultados dessa pesquisa foram disponibilizados em cartões digitais publicados no grupo da Rem Brasil no Facebook.

Depois de cada reunião foi disponibilizado um breve relatório, com relatos da situação em diferentes instituições e com as deliberações e encaminhamentos coletivos.

Após cinco meses de trabalho, na quinta reunião, os grupos de trabalho foram dissolvidos, uma vez que a maior parte das tarefas já tinha sido realizada e na medida que avançou-se para a retomada do trabalho presencial em muitos locais.

Nessa última reunião também se apresentou parte dos resultados finais da pesquisa realizada pelo GT 5, que será ainda publicada mediante consolidação total dos dados, estruturou-se um grupo de trabalho autônomo para dar continuidade ao debate sobre a criação de uma associação de profissionais da área e se informou que o GT 4 foi transformado em um grupo de estudos aberto.

Outro debate que surgiu em meio à realização dessas reuniões foi o da estruturação da REM Brasil e da eleição de um Comitê Gestor efetivo para essa rede, que, até o momento de publicação desse texto, funciona com um Comitê Gestor provisório. Foi então criado um grupo de trabalho da Rem brasil, cujo objetivo era de propor seu modelo de gestão e organizar as eleições do Comitê Gestor efetivo. O chamado GT Eleições realizou uma reunião no dia 03 de setembro de 2020 com a presença de 50 profissionais,

sendo 20 do Sudeste, 10 do Centro-Oeste, 2 do Sul, 16 do Nordeste e 2 do Norte. Diante desses números, o GT compreendeu a necessidade de ampliar o debate em localidades específicas e, neste momento, segue realizando reuniões de mobilização em cada região com vistas a propor um modelo de gestão o mais representativo possível.

Neste debate sobre estruturação da rede, outro ponto foi destacado como fundamental: mesmo em vista da necessidade de criação de uma associação de profissionais da Educação Museal, tem-se o entendimento de que esta não tomaria o lugar das REMs. Enquanto grupos organizados da sociedade civil, autônomos, informais e mobilizadores, as redes fazem parte da história recente da Educação Museal no Brasil, de suas conquistas e avanços e reconheceu-se que são ainda parte fundamental da luta pela necessária profissionalização da Educação Museal e da melhoria da qualidade das condições e relações de trabalho na área.

Figura 1. Mosaico de cartões digitais da mobilização Rem Brasil e CECA BR, da esquerda para direita: Convite para quinta reunião de mobilização; Cartão digital da campanha das recomendações para o momento de Pandemia de Covid-19 apresentado no evento do CECA LAC; Campanha de divulgação dos dados da pesquisa realizada pelo GT 5; Campanha #PessoasEssenciaisdosMuseus; 1º Webinário Rem Brasil e CECA BR; Resultados da Pesquisa de interesse sobre criação de uma associação.

Perspectivas para a profissionalização da Educação Museal no Brasil

A Pandemia de Covid-19 tornou evidente o que já era possível de ser percebido no dia a dia de educadores museais no Brasil: a função educativa dos museus urge ser reconhecida e valorizada, a precarização profissional é gritante e prejudica instituições, educadores e a relação destes com os públicos dos museus.

Mas essa triste realidade não encobre uma outra que vem tomando corpo no universo da Educação Museal no Brasil: o potencial que os profissionais, organizados e em constante luta pela área têm para se mobilizarem e produzirem soluções e abrirem caminhos para o desenvolvimento, a consolidação e valorização do seu trabalho e da sua relevância para o cumprimento da função social dos museus.

A Pandemia de Covid-19 tem sido arrasadora e seus efeitos e duração ainda não podem ser mensurados no momento em que escrevemos esse texto. Porém, também foi possível experimentarmos a solidariedade, a perseverança e o engajamento coletivo que tem demarcado a atuação dos agentes envolvidos na construção coletiva da história da Educação Museal no Brasil.

Se temos muitas incertezas, temos também muitas reflexões acumuladas, muitas possibilidades de construção e desenvolvimento abertas e um caminho sendo traçado rumo ao reconhecimento e apreço que é devido a nossa prática e rumo à profissionalização de nosso campo.

Notas

1 Para saber mais sobre a história da Educação Museal, vide o primeiro volume desta coleção, dedicado à "História da Educação Museal no Brasil & Prática político-pedagógica museal", especialmente o artigo de COSTA, CASTRO e SOARES (2020).

2 CASTRO (2019) apresenta avanços recentes no campo da Educação Museal.

3 Nem todos gestores e curadores de instituições culturais tiveram o mesmo entendimento. Um exemplo são Cauê Alves, Ana Gonçalves Magalhães e Galciani Neves, respectivamente do MAM-SP, MAC-USP e MUBE, que enfatizaram a importância dos educativos durante a pandemia de Covid-19. (Folha de São Paulo, 11 de agosto de 2020, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/nomeados-na-pandemia-chefes-de-museus-de-sp-enfrentam-desafios-ineditos.shtml)

4 Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), disponível em: <https://cetic.br/media/analises/lancamento-pesquisa-tic-cultura-2018.pdf>.

5 Mais informações podem ser obtidas no site do CECA: http://ceca.mini.icom.museum/es/sobre-nosotros/que-es-ceca/

6 Para uma melhor compreensão dos caminhos e ações desenvolvidas pelo GT4, ver o webinário "Mundo digital: educadores museais em tranformação"(https://youtu.be/nJSEDe7cDhE).

7

Referências

ARRUDA, B.C. de. Apresentação. Bruno, M.C.O. (org.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado:Secretaria de Estado da Cultura:ICOM Brasil, 2010, p.119-121.

CAMNITZER, Luis. **Educar é mais importante do que colecionar.** Entrevista concedida a Nathalia Lavigne, publicada dia 11 de setembro de 2020.

CANEDO, Daniele Pereira; NETO, Carlos Beyrodt Paiva (coords.) **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa. Salvador: Observatório da Economia Criativa: Santo Amaro: UFRB, 2020.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA Educação Museal: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICA PROFISSIONAL. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 90-114, set. 2019. ISSN 2594-9004.

CECA BRASIL; REM BRASIL. **Carta aberta aos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação Museal no Brasil**. [S. l.], 30 abr. 2020.

COSTA, A.; CASTRO, F.; SOARES, O. Por uma história da Educação Museal no Brasil. In CASTRO, COSTA e SOARES (org). **Educação Museal : conceitos, história e políticas** (História da Educação Museal no Brasil & prática político-pedagógica museal,1). Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 2020, p.15-40.

ICOM. **Museos, profesionales de los museos y Covid-19**. 2020.

PNEM. Espaço REM. **PNEM**, 2019.

SILVA, Cintia Maria da. **Mediador cultural: profissionalização e precarização das condições de trabalho**. 2017 Dissertação - Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos equipamentos**

Culturais Brasileiros – TIC Cultura 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

Websites e redes sociais

Website do CECA: http://ceca.mini.icom.museum/es/

Website do ICOM: https://icom.museum/es/

Website do ICOM Brasil: http://icom.org.br/

Grupo da Rem Brasil no Facebook: https://www.facebook.com/groups/1635943876632993

Página do ICOM CECA Brasil no Facebook: https://www.facebook.com/icomcecabrasil

Canal CECA BR no Youtube: https://www.youtube.com/channel/UC-Mn768F3xGUarK9HuCFuow[7]

Ficha Técnica

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministério do Turismo
Marcelo Álvaro Antônio

Secretaria Especial de Cultura
Mário Frias

Instituto Brasileiro de Museus
Pedro Machado Mastrobuono

Museu Histórico Nacional
Vania Drummond Bonelli
(Diretora Substituta)

Divisão Técnica
Maria de Simone Ferreira

Setor de Dinâmica Cultural
Flávia Limoeiro Figueiredo

Núcleo de Educação
Servidores
Diogo Guarnieri Tubbs (Chefe)
Fernanda Santana Rabello de Castro
Flávio Rezende de Carvalho
Lúcia da Mata Coutinho
Valéria Regina Abdalla Farias
Silvana de Pinho

Núcleo de Pesquisa
Aline Montenegro Magalhães
Álvaro Marins
Rafael Bezerra Zamorano (Chefe)

Núcleo de Expografia
Servidora
Flávia Limoeiro Figueiredo
Apoio Administrativo
George de Abreu

Assessoria de Comunicação
Geyzon Dantas Bezerra
Isabela Maria de Oliveira Borsani

Organização
Andrea Fernandes Costa
Fernanda Santana Rabello de Castro
Ozias de Jesus Soares

Projeto Gráfico
Memória Visual Ltda
Izabel Ferreira
Raquel Silva

Realização:

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

sistema brasileiro de museus

ibram institutobrasileirodemuseus

MINISTÉRIO DO TURISMO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Apoio:

GPEM GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO MUSEAL conceitos história políticas

CECA ICOM international committee for education and cultural action